



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

DÉBORA DANTAS DE SOUZA

**A TERRITORIALIDADE ENVOLVENDO OS CORPOS DAS MULHERES: as
relações de poder e conflitos no Campus III – UEPB**

**GUARABIRA/PB
2018**

DÉBORA DANTAS DE SOUZA

**A TERRITORIALIDADE ENVOLVENDO OS CORPOS DAS MULHERES: as
relações de poder e conflitos no Campus III – UEPB**

Monografia apresentada à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de graduada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva

**GUARABIRA/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719t Souza, Débora Dantas de.
A territorialidade envolvendo os corpos das mulheres [manuscrito] : as relações de poder e conflitos no Campus III – UEPB / Debora Dantas de Souza. - 2018.
64 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva , Departamento de Geografia - CH."
1. Corpos das mulheres. 2. Território. 3. Territorialidade. 4. Relações de Poder. I. Título
21. ed. CDD 910

DÉBORA DANTAS DE SOUZA

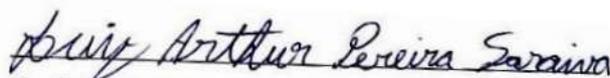
**A TERRITORIALIDADE ENVOLVENDO OS CORPOS DAS MULHERES: as
relações de poder e conflitos no campus III – UEPB**

Monografia apresentada à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Graduada em Geografia.

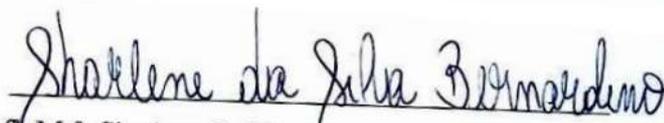
Área de concentração: Geografia Cultural e da Percepção.

Aprovada em: 22 / 11 / 2018 .

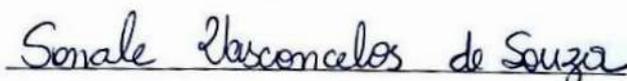
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ms.^a. Sharlene da Silva Bernardino (1^a Examinadora)
Escola Estadual Maria do Rosário Bezerra (EEMRB/RN)



Prof.^a Ms.^a. Sonale Vasconcelos de Souza (2^a Examinadora)
Prefeitura Municipal de João Pessoa (Prefeitura/JP)

Às mulheres de minha vida, as de luto e as de luta. Pela força,
resistência e incentivo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À UEPB, mais que pelo aprendizado acadêmico, por ter me proporcionado, por meio das experiências vividas, a chance de me reconhecer enquanto pesquisadora, militante, feminista e mulher.

Ao meu orientador Luiz Arthur, por acreditar e me fazer acreditar nesse trabalho, quando ninguém além de mim o fazia. Por ter sido meio pai e meio psicólogo; amigo e por SER HUMANO antes de qualquer coisa. Esse trabalho não existiria sem você, sem sua paciência e exigência, sem suas contribuições acadêmicas e, sobretudo, sem sua parceria e amizade.

À professora Sharlene Bernardino, pela leitura, paciência, disponibilidade e contribuição ao trabalho. Além de toda sua graça, alegria e musicalidade.

À professora Sonale Vasconcelos, por ser um dos primeiros rostos que conheci no meio acadêmico, pela gentileza, força, resistência e todas as contribuições.

A todos os professores que tive o prazer de encontrar nessa jornada e que contribuíram de inúmeras formas para o meu crescimento acadêmico. E, em especial, ao professor Antônio Sobreira que, para além do acadêmico, me ensinou que ser professor vai além dos muros, das salas de aula, é algo do espírito, compaixão e sensibilidade.

À minhas avós Josefa e Zezé (*in memoriam*) por se orgulharem, torcerem e me mostrarem a força da mulher, a necessidade de sempre seguir em frente, mesmo com tantas cicatrizes.

À meu avô Simplício, pela sua poesia e inteligência de sempre.

À Layssa, minha irmã, pela admiração e pelos sonhos de criança.

À Mônica, minha mãe, por sua forma tão peculiar de demonstrar amor e por sua maneira de me dar forças para não desistir.

Á João, meu pai, por todos os dias tentar me convencer que sonhar é importante.

À Tia Leninha, por tudo que é e por tudo que me fez ser, pelo amor dedicado, paciência, colo, resistência, por sua luta diária para estar aqui, mais por mim que por ela. Pela admiração, proteção e por tudo aquilo que não se explica, por confiar em mim quando nem eu mesma consigo.

Aos meus amigos da turma 2014.1, por me ensinarem tanto sobre amizade, lealdade e companheirismo durante esses anos. Em especial a Ruan Carlos, amigo, irmão e companheiro de todas as horas e Amanda Albuquerque por ser a primeira pessoa que conheci naquele espaço, pela beleza e “brabeza”, por ser um grande e lindo exemplo da força da mulher.

Aos amigos que os corredores da UEPB me concederam: a leveza, graça e esperteza de André; a força, coragem e beleza de Djanira.

Aos historiadores mais lindos que eu conheci na UEPB, Alex Cavalcante e Wellington Pereira, por todas as risadas e momentos vividos.

Aos meus companheiros de viagem e de jornada, Paula, Robson, Alice, Aline, Danilo, Flaviane, Manoel, por aguentarem todas as minhas neuroses por falta de sono, meus surtos, risadas e aventuras.

À Alexandre Araújo, pela calma, leveza e compaixão. Por ser ele e ser comigo.

À todas as mulheres do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, que contribuíram para essa pesquisa. Possuem minha admiração.

E por fim, pela mulher que fui ontem, a mulher que sou hoje; pela luta, persistência e por chegar até aqui...

AGRADEÇO!

Quero pedir desculpa a todas as mulheres que descrevi como bonitas antes de dizer inteligente e corajosa, fico triste por ter falado como se algo tão simples como aquilo que nasceu com você fosse seu maior orgulho quando seu espírito já despedaçou montanhas, de agora em diante vou dizer coisas como *você é forte* ou *você é incrível* não porque eu não te ache bonita mas porque você é muito mais que isso.
(Rupi Kaur, *Outros jeitos de usar a boca*, 2015, p. 175).

043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

TÍTULO: A TERRITORIALIDADE ENVOLVENDO OS CORPOS DAS MULHERES: as relações de poder e conflitos no Campus III – UEPB

LINHA DE PESQUISA: Geografia Cultural e da percepção

AUTORA: Débora Dantas de Souza

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Prof.^a Ms.^a Sharlene da Silva Bernardino (EEMRB/RN);
Prof.^a Ms.^a Sonale Vasconcelos de Souza (Prefeitura/JP)

RESUMO

A Geografia enquanto ciência que estuda o espaço geográfico parte de cinco caminhos de análise, estes são conhecidos como Lugar, Espaço, Paisagem, Região e Território. Dentro desta perspectiva, entendemos que o Corpo Humano pode ser percebido em qualquer destas formas analíticas e temos como centralidade o delineamento e as desenvolturas do(s) corpo(s) da(s) Mulher(es) em um viés soerguido entre territórios e territorialidades. Assim sendo, os corpos das Mulheres são contextualizados, percebidos enquanto históricos, culturais e sociais, para em seguida ser visto como também geográfico, territorial e repleto de territorialidade, a partir das relações de poder que são estabelecidas sobre eles. Para tanto, fez-se necessário um olhar fenomenológico de caráter qualitativo, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo com questionários voltados ao público feminino do/no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba. O aporte teórico-metodológico ficou voltado para geógrafos e geógrafas, autoras e autores de áreas afins, que trabalham com feminismo, gênero e história das mulheres como Silva (2013); Beauvoir (2009); Perrot (2003; 2005; 2007), além de autores como Bonnemaison (2012) Haesbaert (2011) e Sack (2013) que possibilitaram o desenvolvimento da concepção de território e territorialidade de uma maneira mais contemporânea e em múltiplas escalas; para tratar o discurso enquanto prática modeladora das territorialidades corporais, Foucault (1989; 1999) e Bourdieu (2010), para complementar a fundamentação e a base para esta pesquisa. A pesquisa teórica, juntamente com as aplicações dos questionários, nos possibilitou compreender como a territorialidade está presente nos corpos das mulheres do/no Campus III da UEPB, os relatos estão pontuados neste trabalho tanto em dados quantitativos como em depoimentos descritivos. Por fim, a pesquisa possibilitou uma real compreensão da territorialidade presente nos corpos das mulheres.

Palavras-chaves: corpos das mulheres; poder; território; territorialidade.

043 – FULL DEGREE IN GEOGRAPHY

TITLE: TERRITORIALITY INVOLVING THE BODIES OF WOMEN: the relations of power and conflicts in Campus III – UEPB

LINHA DE PESQUISA: Geografia Cultural e da percepção

AUTHOR: Débora Dantas de Souza

ORIENTER: Prof. Dr. Luiz Arthur Pereira Saraiva (UEPB/CH/DG)

EXAMINING BANK: Prof.^a Ms.^a Sharlene da Silva Bernardino (EEMRB/RN);

Prof.^a. Ms.^a. Sonale Vasconcelos de Souza (Prefeitura/JP)

ABSTRACT

Geography as a science that studies geographic space starts from five paths of analysis, these are known as Place, Space, Landscape, Region and Territory. From this perspective, we understand that the Human Body can be perceived in any of these analytical forms and we have as centrality the delineation and the dexterity of the body (s) of the Woman (s) in a bias raised between territories and territorialities . Thus, women's bodies are contextualized, perceived as historical, cultural and social, and then seen as geographic, territorial and full of territoriality, from the relations of power that are established on them. For that, a qualitative phenomenological look was necessary, bibliographical survey and field research with questionnaires directed to the female audience of / at Campus III of the State University of Paraíba. The theoretical-methodological contribution was directed to geographers and geographers, authors and authors of related areas, who work with feminism, gender and history of women as Silva (2013); Beauvoir (2009); Perrot and Bonnemaison (2012) Haesbaert (2011) and Sack (2013), which allowed the development of the concept of territory and territoriality in a more contemporary way and at multiple scales; to treat the discourse as a modeling practice of the corporal territorialities, Foucault (1989, 1999) and Bourdieu (2010), to complement the foundation and the basis for this research. The theoretical research, together with the applications of the questionnaires, allowed us to understand how territoriality is present in the bodies of women in the Campus III of the UEPB, the reports are punctuated in this work both in quantitative data and in descriptive statements. Finally, the research made possible a real understanding of the territoriality present in women's bodies.

Keywords: women's bodies; power; territory; territoriality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – AS GEOGRAFIAS DOS CORPOS E SUAS PERFORMANCES	12
1.1 Delineando, nas curvas dos corpos, a história das mulheres	14
1.2 Modelando os corpos da/na cultura	18
CAPÍTULO 2 - OS TERRITÓRIOS CORPORAIS	25
2.1. Os corpos das mulheres: território de poder	29
CAPITULO 3 – (RE)CONHECENDO OS TERRITÓRIOS	40
3.1 A respeito do método e dos caminhos metodológicos.....	42
3.2 Dos territórios as resistências: os silêncios quebrados	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE	61

1 INTRODUÇÃO

Frente ao cenário machista que vem tentando se (re)afirmar no Brasil e no mundo, com ataques, discursos de ódio, manipulações políticas quanto aos movimentos feministas, na exibição dos corpos daquelas que escolheram e tentam firmemente tornar-se donas de si, os ataques midiáticos tratam esse corpo como sujo, feio, vulgar e “masculinizado” quando ele não segue os padrões estabelecidos para a concepção higienista que move o capitalismo, e promove o aumento nos abusos e na violência contra a mulheres. Essa realidade agressiva culturalmente naturalizada, faz-nos perceber que as discussões sobre o(s) feminismo(s) precisam resistir cada vez mais, que as ciências humanas, em cheque aqui a Geografia, percebam as mulheres em suas pesquisas as soerguendo das margens de uma ciência que já tem nome de mulher, mas que durante muito tempo foi/é ditada por homens.

Mas para elencarmos ainda mais pertinência a essa pesquisa, imaginemos o desenho de um corpo: como ele seria? De qual cor, tamanho, largura, quanto pesaria? Imagine o corpo imóvel, apenas possuidor de uma biologia, de uma formação anatômica, seus sistemas complexos e muitas vezes desconhecidos. Depois de pensar nessa “representação” de um corpo, imagine-o cheio de movimentos, sensações, curvas, gostos, desejos, dores e temores. Um corpo que resiste/existe desde quando a história pode contar, um corpo que luta, o corpo da Maria, da Joana, da Tereza, o corpo das mulheres.

Porém, o olhar ao corpo que está em questão nessa pesquisa não é constituído como algo imóvel, estático, mas como participante de inúmeros processos por liberdade, direitos, respeito e voz. O corpo que a historiadora francesa Michelle Perrot (2003) trata como silencioso, um corpo que está exposto nos mais diversos lugares, meios de comunicação, propagandas, objeto de desejo, o qual se pode usar, mas nunca falar demais sobre ele, sobre o que ele deseja e não como se faz desejado.

Partindo de tais questões iniciais, o objetivo dessa pesquisa é analisar a territorialidade que envolve os corpos das mulheres, discentes do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, utilizando-me desta forma da pesquisa acadêmica para salientar questões urgentes em relação ao domínio, controle e (des)criminalização dos corpos das mulheres.

Como objetivos específicos buscou-se, compreender como a cultura tem papel primordial na construção dos corpos das mulheres; seguidamente, entender os corpos das mulheres dentro da perspectiva geográfica enquanto um território e, a partir do momento em que o percebemos como tal, compreendermos que o mesmo possui uma territorialidade tendo em vista as relações de poder e a busca por controle sobre esses corpos; tem-se, ainda analisar

como o poder exercido por uma sociedade machista vitimiza inúmeras mulheres; e, por fim, analisar como a territorialidade é manifestada nos corpos das mulheres dentro do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba.

Trataremos aqui os corpos das mulheres enquanto um território repleto de disputas e relações de poder, as quais estabelecem ao corpo uma territorialidade, o espaço que é tão íntimo e próprio acaba sendo objeto de opinião pública e julgamentos: a escolha, os números e tamanhos da roupa, a cor, a textura e o tamanho dos cabelos, o peso, o útero e o respeito. Todas essas questões parecem estar ao alcance do julgamento e, por conseguinte, de condenação. Essas colocações elencam alguns questionamentos pertinentes:

- x Notando os aspectos históricos e culturais da sociedade, como eles influenciam na construção dos corpos das mulheres?
- x Como a territorialidade é encontrada nos corpos das mulheres e como as violências acabam por fazer parte desse fenômeno?
- x As mulheres do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba percebem essa territorialidade e vivenciam essas relações de poder?

Para a realização da pesquisa de campo, foram elaborados e aplicados 50 questionários as mulheres estudantes do Campus III, dos mais diversos cursos e horários, a pesquisa não levou em consideração faixa etária. Em seguida, foram levantados dados numéricos em relação às respostas e coletados depoimentos que foram expostos juntos aos questionários. Tais procedimentos foram realizados de 01 de outubro a 01 de novembro de 2018.

Justificamos também a ausência de mulheres trans nesse trabalho, mas ressaltamos aqui a importância de discussões que pontuem detalhadamente sobre esses corpos caracterizados como “transgressores” principalmente os corpos transexuais. Porém, esclarecemos que não vamos ater nossa pesquisa a eles, principalmente, pelo lamentável fato de que, diante de nosso recorte espacial, esses corpos que tem suas vidas cessadas e marginalizadas muito cedo e muitos acabam por não ocupar determinados espaços, tais como: a universidade.

CAPÍTULO 1 – AS GEOGRAFIAS DOS CORPOS E SUAS PERFORMANCES

Quando objetivamos analisar o corpo dentro de uma perspectiva geográfica, nos deparamos com alguns empecilhos: o primeiro é o fato de que a Geografia, durante muito tempo, não tratou desse campo de análise como possibilidade de pesquisa, justamente por partir de uma epistemologia de estrutura positivista que não contemplava questões que demandassem um olhar subjetivo sobre um mesmo objeto de análise, além de certa resistência pelos teóricos da Geografia. Desta forma,

a tradição de negar o corpo nas análises de geógrafas feministas esteve fundamentada na ideia da supremacia da cultura na construção dos papéis de gênero, e o corpo era entendido até então como algo estático, biológico e essencializado. Tratava-se de uma barreira ao avanço das lutas sociais, na medida em que os argumentos sobre a inferioridade feminina em relação aos homens estiveram em grande parte sustentados pelo discurso médico e biológico a respeito das características corporais (SILVA et al, 2013, p. 89).

Os apontamentos trazidos pelos autores nos evidenciam a própria percepção estabelecida por uma cultura onde todo o conhecimento sobre o corpo, efetivamente, parte fundamentada pelos discursos médicos e biológicos, os quais subsidiaram o enquadramento de inferioridade ao feminino e discussões acerca dos corpos das mulheres careceram de novas formas de pensar problemáticas predeterminadas.

A cientificidade recai sobre os corpos na Geografia, sobretudo com mais possibilidades a partir dos anos setenta do século XX (AZEVEDO; PIMENTA; SALGUEIRO, 2009), o que nos remete, também, a uma maior propagação e desenvolvimento de pesquisas que discorrem com os posicionamentos e objetos de análises da Geografia Cultural. O pensar desta pesquisa desenvolve-se subsidiado pelas possibilidades e métodos dessa corrente de pensamento.

De acordo com Silva et al (2013, p. 88), “no campo da Geografia, as vertentes que realizaram esforços no sentido de problematizar a relação entre corpo e espaço foram as feministas e *queer*, as relativas à Nova Geografia Cultural, e a fenomenológica”. Observamos que a vertente que vem oportunizando esse tipo de discussão é a Geografia Cultural, mas é importante salientarmos como o espaço e o crescimento dessa vertente, principalmente no Brasil, ainda possui inúmeras dificuldades de aceitação e, até mesmo, abertura de espaços de reflexão e debate. Compreendemos aqui que, sobretudo nos últimos dez anos, as discussões feministas trazidas e levantadas pela Geografia tenham, de certo modo, soerguido as discussões dentro dessa vertente. Desta maneira, Sarmiento ressalta que,

A Geografia Cultural contemporânea, influenciada pelas correntes feministas e mesmo pós-coloniais, tem colocado uma ênfase particular na posicionalidade do investigador(a), na sua inescapável influência nos processos de investigação, na forma como o conhecimento geográfico que se produz é corporizado, conivente com corpos sociais e geográficos (SARMENTO, 2009, p. 262-263).

Tal depoimento nos faz compreender que as pesquisas da Geografia Cultural partem, em sua maioria, de posicionamentos e concepções primordiais do pesquisador, dos seus próprios processos de conhecimento e de reconhecimento, os quais são corporizados, ou seja, a produção geográfica parte inicialmente de uma vivência sobre o objeto pesquisado. Em contraponto a todas essas possibilidades proporcionadas a alguns pesquisadores por essa vertente, existe de maneira fortíssima traços de um pensamento geográfico resistente a pesquisas como esta, a exemplo de Monk; Hanson (2016) que destacam como as produções geográficas acabam por serem sexistas: primeiro, i) apontando o menor espaço que as mulheres possuem dentro das ciências em geral; segundo, ii) esclarecendo que os temas e problemáticas levantadas nas pesquisas dependem muitíssimo de quem está produzindo-as; e, por fim, que os dados e suas análises raramente são direcionadas aos questionamentos que remetam os motivos de determinados fenômenos serem apenas vivenciados por mulheres.

Trabalhar essa temática não é exclusividade da Geografia e, por isso, constatamos o quão importante se faz tentar buscar, mesmo que com o auxílio de outras áreas de conhecimento, uma roupagem de análise que tenha os pensamentos teóricos da Geografia e, sobretudo, que enquadre discussões da atualidade, inteirando as pesquisas geográficas de temas que carecem de um debate pertinente e urgente.

Ambicionar delinear as subjetividades dos corpos é de uma infinidade de possibilidades, já que os mesmos possuem as mais distintas formas de análises, de pertencimento e de (re)conhecimento. Sendo assim, objeto de análise das diversas e distintas ciências, os estudos e pesquisas sobre os corpos acompanham as sociedades, as peculiaridades, os mistérios, as diferenças, os medos, as sexualidades, o poder, os tempos e, indispensavelmente, os espaços. Nunes; Rego esclarecem a potencialidade da temática e nos norteiam sobre os desafios conceituais do corpo. Diante disso, é perceptível que

a possibilidade de agir a partir de um conhecimento corporalizado demanda uma reorganização dos conceitos e um uso diferenciado do conhecimento. O corpo registra/cria/recria/seleciona gestos, situações vivenciadas e informações variadas. O sistema conceitual é limitado, entretanto, é um sistema em expansão, conforme as experiências acontecem, surgem possibilidades de construção de novos entendimentos em um contínuo processo co-evolutivo de possibilidades de movimento, pensamento, comunicação, linguagem, comportamento e aprendizagem (NUNES; REGO, 2011, p. 92-93).

Tomar o corpo e percebê-lo cientificamente vem ganhando e conquistando espaço nas pesquisas da atualidade, as discussões sobre os corpos realizadas pelas ciências humanas aparecem mais frequentemente, os corpos sociais trazidos pela sociologia e a construção da beleza pontuada nas produções históricas são apenas duas das muitas pesquisas voltadas para esse campo. Estas emergem nas mais variadas áreas de conhecimento, talvez pela afetividade e necessidade de colocarmos em questão a parte material daquilo que somos e as possibilidades do que o Outro é. Poéticos ou não, os corpos nos dão uma gama de possibilidades de compreensão e de análises, assim como a Geografia.

Diante dessas possibilidades e apontamentos, para que possamos entender como os corpos podem ser analisados dentro da ciência geográfica e como foram analisados nesta pesquisa, precisamos, inicialmente, compreendê-los em pelo menos três perspectivas: a primeira, para tratar e compreender as visões sobre os corpos das mulheres em uma breve contextualização histórica; no segundo momento, como esses corpos são construídos culturalmente e, seguidamente, como percebemos os conceitos de território e territorialidade no corpo fundamentais em nossa análise.

1.1 Delineando, nas curvas dos corpos, a história das mulheres

Os corpos, em geral, narram, expressam e personificam os tempos e os espaços, partindo de um enredamento repleto de significações e minúcias, sendo percebidos de diferentes formas durante a história. Desta maneira, pensamos não ser querente, nesta pesquisa, ambicionarmos fazer um levantamento completo dos olhares sobre os corpos das mulheres em todos os períodos históricos. Entretanto, tomamos cautela em seguir uma determinada temporalidade corporal de cada questão levantada, assim, contextualizando o corpo historicamente. Quando nos deparamos com os estudos sobre os corpos das mulheres, notamos o quão complexo é nos inteirarmos sobre os processos, estudos e investigações sobre eles, principalmente porque produções e registros pouco foram realizados. A maioria dos dados e produções que temos atualmente parte de um olhar posterior a esses momentos.

De início, partamos do nascimento, onde pensamos ser o ponto de início desses corpos. Segundo Perrot¹, mediante a valorização atribuída aos sexos, anunciar o nascimento de um menino parecia mais “glorioso” do que o nascimento de uma menina: “nos campos de antigamente, os sinos soavam por menos tempo para o batismo de uma menina, como também

¹ Historiadora francesa de vertente social, que em suas produções científicas permeia e pontua discussões sobre a luta das mulheres no movimento feminista e a construção desses espaços sociais atrelados a história das mulheres.

soavam menos para o enterro de uma mulher. O mundo sonoro é sexuado” (PERROT, 2007, p. 42). Entendemos, então, que os corpos das mulheres já eram inseridos no mundo de maneira inferiorizada e, às vezes, pouco desejada. Beauvoir, ao analisar a infância da menina, destaca que

O destino da menina é muito diferente. Nem mães nem amas têm reverência e ternura por suas partes genitais; não chamam a atenção para esse órgão secreto de que só se vê o invólucro e que não se deixa pegar; em certo sentido, a menina não tem sexo. Não sente essa ausência como uma falha; seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, *mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade* (BEAUVOIR, 2009, p. 270, grifos nossos).

Esses corpos, que adentravam o mundo externo, possuíam características muito peculiares, por exemplo, diferente do menino, a menina não possui seu órgão sexual externado. Pensamentos trazidos desde Aristóteles determinavam que o corpo e o sexo da mulher seriam úmidos e frios, logo, não possuíam força para externar os seus órgãos sexuais. Diante disso, se criou a inserção do sexo único ou unissexuado:

Um bom exemplo da predominância do sexo único é o vocabulário antigo utilizado para referir-se aos órgãos sexuais. Como tudo que havia no corpo do homem havia no corpo da mulher, seus órgãos sexuais eram denominados da mesma forma que os órgãos sexuais masculinos. A vagina era um pênis invertido, os ovários eram os testículos femininos e, com algumas variações, até o útero era entendido como uma versão interior dos testículos. Esta aparente despreocupação em nomear as coisas se explica tendo em vista a ausência de interesse por parte dos médicos e filósofos antigos pelo que nós consideramos importante na diferenciação sexual: diferenças físicas observáveis (MARTINS, 2004, p. 27).

Estabelecida à noção de que a mulher possuía um órgão sexual menos desenvolvido, inferior ao do homem o qual teve força o suficiente para externá-lo, durante muito tempo essa concepção perdurou, mesmo que, com o passar dos anos, a medicina da época fosse percebendo grandes diferenças entre os corpos e pouco se pode avançar, principalmente pela proibição da Igreja Católica em permitir a dissecação desses corpos (MARTINS, 2004). Porém, a partir do século XVIII, surge uma noção “bissexuada”, que não mais percebe o órgão sexual da mulher como um sexo invertido e sim como uma “criatura totalmente diferente, num eixo horizontal cuja seção central era vazia” (LAQUER, 1990, *apud* NICHOLSON, 2000, p. 19). Ou seja, os corpos das mulheres deixam de ser percebidos como um pênis invertido, mas passam a ser caracterizados como vazios, frios e úmidos.

O nascimento de uma menina demandava, teoricamente, mais responsabilidades e gastos para a família: o pai e os irmãos, que agora teriam que cuidar e proteger aquela menina,

sobretudo quando se tornasse uma moça e precisasse cuidar com zelo de sua “honra”, principalmente quando as meninas vivenciavam as mudanças corporais da puberdade, cujo corpo ganhava formas diferenciadas com o surgimento dos seios, o sangue da menstruação e tais peculiaridades acabavam sendo motivo de desconforto corporal. A própria “ausência da educação sexual faz com que a primeira menstruação seja uma surpresa vivida quase sempre no medo e na vergonha” (PERROT, 2003, p. 16). O sangue da menstruação é percebido como sujo, impuro, vergonhoso, o qual ao sair do corpo involuntariamente demonstra uma perda, o que sinaliza a morte, diferentemente do sangue dos corpos dos homens, que representa luta e glória, o qual “irriga a terra” (PERROT, 2007).

Compreendido esse momento de desenvoltura do corpo, a menina, que agora se transformara em moça, precisava de um bom casamento, afinal, filhas teoricamente só “davam despesas” e o chefe da família precisava mantê-las enquanto elas estivessem em casa aprendendo o que seriam os ditos “afazeres das mulheres”. Posteriormente, ela precisaria estar preparada para cuidar de seu futuro esposo. Essa moça, que cuidava dos pais e irmãos, possuía algo de muita valia e que precisava ser protegido a todo custo: sua virgindade.

Segundo Perrot (2007, p. 45), “a virgindade das moças é cantada, cobiçada, vigiada até a obsessão”. Subsidiados nos apontamentos religiosos e na ideia central da Virgem Maria em que, diferentemente de Eva, a qual era detentora de um corpo pecador, volúvel, mundano e enfeitiçador, Maria possuía características divinas, milagrosas e santas. Desta maneira, a mulher deveria manter seu corpo intocado, guardado e vigiado. Se esse corpo fosse violado, por um ou mais homens, essa mulher não mais seria uma boa mulher para casar e seu corpo seria destinado para a prostituição. Esses corpos violados passavam a ser marginalizados e, conseqüentemente, as mulheres não mais poderiam ocupar o espaço doméstico, passando a residir em lugares destinados à prostituição (MURARO, 1992). Em contraponto a esses corpos ditos violados, os corpos das moças virgens eram moldados e controlados para a conquista de um casamento de prestígio, pois o chefe da família precisava “livrar-se” o mais rápido possível da filha, a qual foi preparada para o casamento.

A mulher, que agora é casada, tem o domínio de seu corpo atribuído ao seu marido, servindo-o de todas as formas, principalmente nas relações sexuais conjugais, mas é importante salientar que tais relações eram apenas direcionadas ao prazer do homem e a procriação da família. Segundo Perrot (2003), o prazer feminino é algo inapropriado, apenas algo praticado por prostitutas. O homem - dito viril - precisaria adentrar o corpo da mulher e deixar as cobertas manchadas de sangue, símbolo de que a moça, agora mulher, casara

virgem. A noite de núpcias geralmente tratava-se de uma noite traumatizante, na qual o corpo da mulher estava posto para a satisfação do marido.

O domínio, agora total do esposo, toma a mulher como sua “propriedade”, passando a ter o sobrenome do marido e posteriormente sendo mãe. Além de todas essas violências, sendo a mulher uma propriedade, o seu corpo poderia ser espaço de represálias e castigos. Desta forma,

Dependente em seu corpo, ele pode receber "corretivos", como uma criança indócil, pelo chefe da casa, depositário da ordem doméstica. "Quem ama castiga." Bater na mulher é uma prática tolerada, admitida, desde que não seja excessiva. Se os vizinhos escutam os gritos de uma mulher maltratada, não interferem. "O homem deve ser rei em sua casa" (PERROT, 2007, p. 47-48).

Percebemos, mediante ao exposto, a intensidade do domínio dos homens sobre o corpo da mulher, a violência que se faz presente nos momentos mais cotidianos, e pouco falada/questionada em tais ações, as quais estavam subsidiadas, sobretudo por ensinamentos da Igreja. Esse corpo, controlado e inferiorizado, também possuía como fator obrigatório a maternidade: ter um bebê era questão de honra para os homens, símbolo de sua virilidade. A mulher que não possuía fertilidade para a procriação era vista como “seca”, corpo falho, deficiente. A pressão e a cobrança eram tantas que, em alguns casos, o marido engravidava outra mulher, para que assim a família possuísse um herdeiro, o qual seria ainda mais valorizado se fosse um menino.

Pensamos aqui que a maternidade foi e ainda há de ser um dos processos corporais da mulher que mais demanda influência das construções culturais. Assim como a maternidade, todas as questões que elencamos anteriormente sofrem modificações e reelaborações advindas das mudanças sociais, culturais, políticas e religiosas durante a história, nas quais, em muitos momentos, podemos perceber que mesmo que o conhecimento científico tenha desenvolvido importantíssimos avanços, sobretudo no que se diz respeito à biologia desses corpos. As violências sofridas pelas mulheres pouco foram extintas, elas apenas se modificaram e são atribuídas a outras características atualmente.

Além da maternidade, a menopausa era/é um período extremamente difícil para as mulheres, as quais eram/são levadas a acreditar que nessa fase corporal elas não mais se enquadram no que é “ser mulher”, principalmente pelo fato de estarem culturalmente imersas na ideia de maternidade, quando o seu corpo não mais poderia gerar um filho, perderia todos os seus atributos de mulher.

Diante de todas essas breves pontuações sobre a mulher e seu corpo, bem como os processos corporais que acompanham cada qual seu tempo, é importante adentrarmos um questionamento pertinente, entendendo que os corpos e, principalmente, a maneira como eles são percebidos, partem dos períodos históricos, das culturas e dos espaços. Desta maneira, concebemos o corpo como um construto cultural.

1.2 Modelando os corpos da/na cultura

“Lembremos: o corpo, não é só um corpo. É também o seu entorno” (GOELLNER, 2003, p. 37).

Buscando compreender as subjetividades e a dinâmica dos corpos, percebemos como a cultura aparece entre um dos principais fatores na construção e na percepção sobre eles. Partindo da ideia da produção do corpo cultural proposta por Goellner (2003), compreendemos a necessidade de desnaturalizar o corpo e percebê-lo enquanto uma construção cultural, no qual se reflete toda uma conjuntura social, política, espacial, entre outras dimensões. Portanto, “mais que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc.” (GOELLNER, 2003, p. 28).

É notando o corpo e as mais diversas formas de concebê-lo que entendemos como a cultura influencia a criação de um ideal social. Foucault (1987) enfatiza como, em uma sociedade disciplinar² o corpo é algo sedento de modificações, as quais estão diretamente relacionadas com o espaço e a cultura onde está inserido. Sarmiento, ao discutir geograficamente os corpos, ressalta que

os nossos corpos são inescapáveis. São superfícies de inscrições sociais e culturais, que albergam subjectividade, são sítios de prazer e de dor, são públicos e privados, têm fronteiras permeáveis que são atravessadas por fluidos e sólidos; são materiais, discursivos e físicos. É neles que começa toda a geografia que podemos ver, observar, medir, calcular, analisar (SARMENTO, 2009, p. 264).

As múltiplas maneiras de perceber o corpo partem de um ideal atribuído desde o seu nascimento: se o corpo é construído culturalmente, é importante salientarmos que as diferenças atribuídas a ele também são construções culturais. No tópico anterior, notamos como os corpos das mulheres e dos homens passaram por processos históricos e culturais

² Sociedade que aprisiona, molda, controla, doutrina, utilizando-se muitas das vezes de um poder institucional.

diferentes e na história das mulheres, há um marco de diferenciação que segrega, sobretudo com os seus corpos a partir de um viés machista.

O corpo é tanto escrito como escreve o texto cultural. Isto é, os corpos são mais do que inscritos pelos campos representacionais, ao invés de apenas “carne” moldada pela linguagem. Os contextos culturais não somente circundam os corpos sexuados e generificados, mas os habitam (JOHNSTON; LONGHURST, 2013, p. 341).

Os esclarecimentos citados acima nos dão ideias ainda mais abrangentes, fazendo perceber que além de construir os corpos, os contextos culturais, a partir de seus ideais e posturas, acabam por os habitar de uma forma que até mesmo os próprios corpos começam a se questionar sobre a querência de determinados enquadramentos. Como podemos observar, por exemplo, nas diferenças corporais entre menina/mulher, menino/homem, feminino/masculino, e como elas são exaltadas culturalmente por um ou vários meios sociais, as relações e o desrespeito sobre os corpos que, em detrimento destas diferenciações, foram inferiorizados, acabam por se intensificarem.

Entender que a construção cultural é inscrita e percebida em todos os corpos, independentes de seu sexo ou gênero, é de extrema importância. Porém, é preciso tomar ciência de como os processos e contextos culturais que persistem, sobretudo alicerçados nas concepções patriarcais e machistas, elaboram e enquadram homens e mulheres em espaços e perfis determinados. Diante disso,

o “masculino” e o “feminino” são criações culturais, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 55).

Ou seja, a cultura vigente, que acaba alicerçando funções sociais específicas para cada sexo, constrói os corpos enquadrando e impondo o que os caracteriza e, sobretudo diferenciando homens, mulheres e seus espaços. É diante desses condicionamentos que percebemos como essa dimensão cultural “cria” e constrói determinadas violências sobre os corpos das mulheres. Vivenciamos um modelo de sociedade falocentrista³, machista, patriarcal ainda nos dias atuais e podemos presumir que apesar dos traços da cultura serem transcritos em todos os corpos, a cultura vigente acaba por inferiorizar corpos específicos,

³ O falocentrismo, de acordo com Albuquerque Junior (2003) se caracteriza em como a sociedade parte de um ideal do homem e seu órgão sexual sempre ao centro das relações, impondo uma importância hierárquica e de maior valorização.

principalmente os que não “respeitam” e cumprem os fatores que lhes são impostos como necessários e ditos “normais”.

As corporeidades são diferenciadas a partir de perspectivas distintas como, por exemplo, a própria cultura de um grupo social específico percebe as desenvolturas dos corpos e suas maneiras de representação de formas diferenciadas, o que é perceptível até na variação de adereços, cultos, morte e vida desses corpos. Porém, mesmo que os diferentes grupos possuam uma determinada influência sobre os corpos, percebemos que atualmente a cultura vigente em seu modelo “macro” de projeção, cria rupturas e constitui um padrão de “normatividade” e “importância” para performances corporais anteriormente definidas, sobretudo de corpos de homens brancos, cis gênero, heterossexuais. Nunes; Rego (2011, p. 87) pontuam que “a corporeidade integra toda e qualquer experiência, é um importante instrumento analítico por atravessar e ser atravessada por diferentes discursos, representações simbólicas e imaginárias; possui importante papel no espaço banal, posto que é o seu principal instrumento de ação”.

Diante disso, nos é posto como o corpo é parte primeira das relações espaciais e sociais, em que as diferenças exaltadas por essa construção cultural patriarcal e machista acarretam espaços e padrões aos corpos, estabelecendo, secundariamente, uma hierarquia sobre eles, nesse momento que notamos como a cultura tem papel fundamental nas formas pelas quais os corpos são construídos e moldados.

O estabelecimento de padrões corporais é um exemplo claro de como a cultura é agente na construção dos corpos. Goellner (2003, p. 29) esclarece que a linguagem não apenas é reflexo de representações já existentes, as quais “não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, se expressa, se produz e é produzido”: ela cria, classifica e define normalidades e anormalidades, em que essas concepções são múltiplas sobretudo através dos espaços e principalmente pelas culturas. A esse respeito, nota-se que, “ao corpo cabe algo muito além de ocupar um espaço no tempo. Cabe a ele uma linguagem que se institui antes aquilo que denominamos “falar”, que se exprime evoca e suscita uma gama de marcas implícitas. O corpo fala e as marcas feitas nele também” (NOVAES, 2006, p. 24).

Quando notamos essa influência, percebemos também os acontecimentos e fatos, nos quais estão as inscrições culturais dos corpos. Por exemplo, alguns grupos possuem determinadas maneiras de representações de seus corpos as quais tendem a sofrer variações, e é necessário que notemos que tais posturas são construídas para além da materialidade, sendo

inscritas e exercidas na maneira de sentar, andar, vestir, até mesmo a própria relação que determinado indivíduo estabelece com seu corpo.

Frente a essas desenvolturas encontradas nos corpos, englobamos aquilo que Foucault (1999) nos esclarece como os corpos inseridos em um meio ou uma ordem vigente podem ser articulados e mudados. Ele exemplifica tal condição ao falar dos corpos de soldados que, diferentemente do que se fazia antes, as escolhas de tais corpos não mais era estabelecida pelos seus portes corporais, mas sim todo corpo poderia tornar-se soldado desde que passasse por um processo de condicionamento de gestos e posturas, o que ele nomeia de corpos dóceis.

Ainda notamos que a própria cultura trata de estabelecer um processo contínuo dessas transformações mesmo que as formas de perceber os corpos e seus enquadramentos de “normalidade” mudem muito em relação ao tempo e aos espaços. O exemplo que o autor nos traz pode ser comparado, sobretudo, com o que encontramos na atualidade. Pensamos aqui, que as transformações e moldes corporais são até bem mais percebidos e aceitos nesse nosso tempo/espaço atual, momento, no que diz respeito às modificações estéticas e de “beleza”. “Esse corpo é mais do que nunca o centro do nosso cotidiano em suas aspirações de saúde perfeita, juventude eterna e beleza ideal. Se suas aspirações individuais são frequentemente, criticadas, estas são representativas da cultura dominante” (NOVAES, 2006, p. 46).

Diante disso, é notório como a linguagem e, conseqüentemente, o discurso estabelecido pela cultura atribuem aos corpos modelagens, por meio de questões sociais, religiosas e de gênero. Abordar como a cultura constrói os corpos das mulheres, sobretudo, quando falamos contemporaneamente de modificações e moldes corporais relacionados à estética e beleza, a qual notamos ser mais evidente nos corpos das mulheres.

Tentamos esclarecer, mesmo que brevemente, a influência que a cultura tem sobre os corpos e como as relações entre os indivíduos de uma mesma ou de outras culturas possuem representações, comportamentos e percepções sobre os corpos e suas maneiras de estarem no espaço/tempo. Porém, é de extrema importância, para nossa pesquisa, perceber como essa cultura marca os corpos das mulheres, principalmente quando a cultura machista, patriarcal e falocêntrica diferencia os corpos e determina importância e valores distintos aos sexos. Para tanto, Bourdieu pontua que

a divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2010, p. 17).

Desta forma, a naturalização estabelecida na divisão dos “sexos”, a objetivação dessa hierarquia a partir do *habitus*, ou seja, daquilo que nos foi/é estabelecido com caráter costumeiro, normativo, influencia diretamente as ações exercidas no meio social, a partir desta ideia de divisão e, em seguida, hierarquização.

Essas desigualdades atribuídas aos corpos das mulheres levam com os tempos a noção de “valor”, os corpos precisam possuir determinadas características e ser enquadrados em um comportamento que atribui valorização ou não desses corpos. Novaes (2006) nos faz refletir sobre como as mulheres passam atualmente por uma forte construção no que diz respeito ao seu corpo cultural, sobretudo, com os aspectos higienistas, que determinam ideais de beleza muito mais rigorosos e voláteis para as mulheres. De forma alguma devemos pensar que isso é apenas um fenômeno da atualidade: os moldes, os enquadramentos, os julgamentos sobre esses corpos aparecem contados durante toda a história. Diante disso,

o mundo social constrói o corpo como uma realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica (BOURDIEU, 2010, p. 19-20).

É essencial que percebamos nossa vivência em uma cultura onde as divisões e hierarquizações são sexuadas, onde os corpos das mulheres são um campo primário dessas inscrições. Quando se estabelece culturalmente o domínio sobre um dos sexos, também se estabelece um domínio sobre seus corpos, porque

o “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou em uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2016, p. 154-155).

A autora condensa nesse trecho o elemento fundamental na construção dos corpos inferiorizados e vitimados, nos fazendo compreender o momento em que percebemos que o sexo não pode ser nunca percebido como algo estático ou apenas como um caráter de identificação, mas sim como enquadrante que estabelece e qualifica, ou seja, separa hierarquizando ou segregando corpos específicos, os quais a cultura faz seu papel primordial em estabelecer os padrões aceitáveis. É quando esses padrões são lançados com tanta evidência que lhes são atribuídos caráter de normalidade.

Para exemplificar tal fato e, principalmente, como são os corpos das mulheres emergidos e vitimados pelos traços culturais fundamentados no machismo, iremos nos direcionar às questões que pensamos ser as mais cotidianas, justamente pela frequência e

“naturalidade” que lhes foram atribuídas a elas. Quando pensamos em hierarquia de gênero e, conseqüentemente, as “regras” e expectativas corporais que são atribuídas a homens e mulheres, podemos perceber, inicialmente, como os corpos das mulheres são alvos constantes de julgamentos e imposições culturais.

Se observarmos o que a cultura vigente enquadrrou como beleza a um homem, por exemplo, percebemos que pouco é estabelecido: sua altura, postura, seu peso, a maneira como senta, todos esses gestos corporais, mesmo que inevitavelmente possuam traços culturais, possuem cobranças distintas em relação a representação desses corpos e, durante muito tempo, estiveram mais direcionados a uma postura de força, de imposição e de coragem.

Ao direcionarmos o olhar para os corpos das mulheres, vamos inicialmente perceber como a cultura vai os construindo. De início, a postura: as pernas cruzadas e a voz sutil - nunca muito alta - seguidamente. Os laços e adereços nos cabelos, a pele e as medidas. “Menina não faz isso, não fala isso, não se porta desta forma”. Frases como essa começam a ser ouvidas desde os anos iniciais de suas vidas e é justamente pela imposição que essa cultura atribuiu a representações corporais específicas que as mulheres são alvos mais eminentes desse processo. É diante disso que,

em uma cultura, com cada vez mais telas e menos páginas, as imagens passam a construir, por si só, a realidade, em vez de retratá-la, reproduzi-la ou representá-la. A imagem toma lugar do sujeito, e sem perspectiva de si mesmo, não há identidade possível, ele torna-se estrangeiro em seu corpo, alienado em si mesmo, pois existe somente como imagem (NOVAES, 2006, p. 59).

Fica claro nesse trecho como o viés cultural dá importância a representações imagéticas, sobretudo quando estabelece ideais de beleza às mulheres, os quais conseqüentemente são produzidos e incitados pelo consumo, primordial para a sustentação do modelo econômico vigente. A insatisfação é estabelecida e construída de uma forma tão normativa que a busca pela aquisição e transformação desses corpos, na maioria das vezes, nem é percebida.

Os discursos enquadrantes de beleza e comportamento ditam a representação corporal que agrada e reflete a cultura machista, patriarcal e falocentrista, os quais direcionam, condicionam e expõem as mulheres à expropriação do seu próprio corpo, tornando aquele espaço tão íntimo algo indesejado. Estabelecendo certo conflito interno e direcionando-o à uma perspectiva de construção do corpo para o Outro.

Conseqüentemente, “tudo, na gênese do habitus feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (BOURDIEU, 2010, p. 79). Os corpos das mulheres passam por um

processo de subversão, uma falsa necessidade de se enquadrar em determinada modelagem, tornando “o olhar do outro” um referencial.

Tal imersão perpassa as questões estéticas e comportamentais, constituindo-se em formas de identificação: o “ser mulher” é englobado em requisitos específicos como a aparência, os afazeres, as profissões e os espaços frequentados, que são designados de formas diferenciadas. Diante disso, pontuamos com evidência nessa pesquisa que a cultura machista, patriarcal e falocentrista transforma e constrói os corpos das mulheres, os diferencia e estabelece, assim, alguns fenômenos específicos a eles.

Quando nos fica claro essa construção cultural, outros apontamentos parecem ser pertinentes desenvolvermos nessa pesquisa. A cultura, nesse processo de construção do corpo e, por conseguinte, das próprias diferenciações que lhes são atribuídas, caracteriza formas de identificar-se e, diante disso, estabelece como a identidade tem uma ligação direta com o corpo da mulher e, posteriormente, com o conceito de território. Propomos perceber como os corpos das mulheres são um território e como podemos perceber sua territorialidade estabelecida a partir das relações de poder que estão sendo exercidas nesses corpos.

Diante dessas questões, adentraremos e pontuaremos como os contextos culturais constroem os corpos das mulheres e os moldam para uma sociedade que tenta permanentemente manter um controle sobre eles independentemente das consequências e manobras realizadas para tal feito. Partiremos assim para as possibilidades de percebermos as territorialidades dos corpos das mulheres.

CAPÍTULO 2 - OS TERRITÓRIOS CORPORAIS

“Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle da área” (SACK, 2013, p. 63).

Quando ambicionamos perceber nesta pesquisa uma das categorias de análise da Geografia de maneira mais abrangente, com um viés de discussões e possibilidades atribuídas recentemente por alguns teóricos, precisamos, inicialmente, de uma enorme cautela, principalmente em caráter conceitual do que é um território e, sobretudo, como a territorialidade é estabelecida e percebida.

Bonnemaison (2012) pontua que, com as mudanças sociais e as trajetórias das ideias, a Geografia, assim como todas as outras ciências humanas, não escapou das mudanças e direcionamentos em suas produções teóricas. Foi sendo atribuída a ela uma necessidade em começar a compreender as subjetividades em seus conceitos e categorias para acompanhar e, principalmente, assegurar o seu espaço nos campos analíticos das ciências humanas. Conceitos e problemáticas que eram elencados sem levar em consideração os fatos culturais passam a ser incitados pelos contextos atuais e, desta forma, “o papel central da cultura fica então afirmado; o espaço é subjetivo” (BONNEMAISON, 2012, p. 283).

Notamos que, se levarmos em consideração as definições, raramente vamos possuir um aparato complexo sobretudo que se enquadra ou poderia ser enquadrado naquele fenômeno. Por exemplo, a definição de território vem ganhando abordagens e concepções diferenciadas, desde a sua suposta primeira definição realizada em 1920, isto por um ornitólogo que, ao observar as aves, percebera que elas possuíam demarcações e aspectos territoriais. Ou seja, a definição de território foi primeiramente relacionada aos animais e às suas formas de conviver em sociedades e em âmbitos naturais (BONNEMAISON, 2012). Foi com o passar dos tempos e das pesquisas que se atribuíram concepções diferentes de território para a sociedade humana e seu espaço social.

Desde então, as definições sobre o que é um território - ou sobre o que ou quem o concebe - se destacaram e foram debatidas dentro da Geografia sendo estabelecido enquanto categoria de análise, isto a partir de uma compreensão geográfica sobre o espaço. Porém, de acordo com Sack (2013), definições não são completas: mesmo que características dos fenômenos sejam enquadradas nelas, nem sempre toda a complexidade e possibilidades são abordadas por elas. Ele ainda ressalta que, diferentemente das definições, os conceitos precisam estar mais consolidados para que possam abranger outras discussões.

É reconhecendo essas variações conceituais e de abordagem que partiremos de conceitos que nos proporcionam discutir o território em diferentes escalas, partindo de uma perspectiva na qual a percepção dos fenômenos possa ser devidamente englobada às inúmeras adequações e problemáticas diferenciadas. É diante dessas ambições que o território é aqui percebido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78).

Entretanto, é importante pontuar o seguinte: apenas essa abrangência não demanda todas as complexidades da análise que aqui ansiamos e, por isso, nos subsidiamos de abordagens como a de Haesbaert (2014, p. 57), que compreende que o “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Desta maneira, podemos compreender que o território tem em “seu íntimo” as relações de poder, atribuídas e exercidas de maneiras implícitas ou explícitas. Para esta pesquisa, precisamos também reconhecer as atribuições trazidas por Bonnemaïson (2012, p. 290), compreendendo o território como

espaço vivido por meio de certa visão e sensibilidade cultural, o território se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo. Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de polos geográficos representantes de valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo.

Pontuamos tais atribuições para adentrarmos a linha de pensamento aqui proposta na qual precisamos nos subsidiar de abordagens e perspectivas que percebam as relações de poder e o papel da cultura na “construção” do território, para que, desta forma, entendamos como a construção cultural do corpo, pontuada no tópico anterior também tenha papel fundamental na discussão aqui elencada. Desta forma “a ideia de cultura, trazida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço” (BONNEMAISON, 2012, p. 288).

É a partir de concepções como estas que nossa pesquisa ganha subsídios, pois ao compreendermos a conceituação do que vem a ser um território, algumas possibilidades surgem como, por exemplo, entender que o corpo é um território e que possui territorialidade estabelecida pelas relações de poder. Os corpos nos aparecem como primeiro território por percebermos as infindas formas das tentativas de controle sobre eles, tendo como exemplificação as adequações culturais que são estabelecidas, as identidades que neles são

representadas, a tentativa e, às vezes, o domínio do outro sobre o corpo de outrem e até o próprio Estado, ao intervir em padronizações e valorização de corpos específicos.

Partimos, então, de uma ideia central: o corpo é território primeiro das relações sociais e de poder, onde as fronteiras e conflitos são caracterizados nesse segmento de maneiras variadas e, às vezes, até implícitas para esses corpos. A disciplina e suas concepções normativas que lhes são atribuídas desde o seu nascimento nos remete a esse estabelecimento de conflitos e disputas por uma efetivação e constituição dos territórios.

Quando compreendemos que as escalas territoriais não necessitam apenas ser materializadas de maneira que precisem de domínio do Estado ou que possuam delimitações “unifuncionais” podemos, então, entender as mais diversas possibilidades de abranger a noção de território. No momento em que partimos da noção foucaultiana, na qual percebemos as relações sociais repletas de poder e, seguidamente, o corpo como espaço primeiro dessas relações, ressalta-se e se compreende a efetivação das possibilidades de análises dessas outras vertentes territoriais. Ressaltamos a colocação de Haesbaert que compreende o território trabalhado em diversas perspectivas, o que ele chama de “multiplicidade de manifestações”, intrinsecamente pontuando os diversos poderes, exercidos e sujeitados a distintos indivíduos. Desta maneira,

devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, *sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais*, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através da sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas das vezes, com o próprio indivíduo (incluindo, por exemplo, as diferenças de gênero e etária ou geracional) (HAESBAERT, 2014, p. 59, grifos nossos).

Nesse trecho, o autor nos direciona de forma pertinente à compreensão dos territórios, a partir daqueles que os constroem, sendo essas relações alicerçadas a partir das relações de poder. Compreendo que as variações na percepção partem da construção cultural dessas relações, em sua própria relação social e identitária.

Entendendo os vieses conceituais que aqui propomos, pensamos que seja necessário, nesse momento, que a partir das concepções territoriais aqui pontuadas, esclareçamos o que atribui territorialidade a determinados espaços e como esses espaços possuem diversidades. Partindo, inicialmente, da conceituação de Sack (2013, p. 76), na qual a territorialidade é definida como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar o seu controle sobre certa área geográfica”, notamos como a territorialidade é aquilo que constitui um território: o fenômeno que permeia as relações de poder de um determinado espaço.

A territorialidade toma estrutura a partir do momento em que se estabelece uma relação existindo a intenção de controle sobre aquele espaço, sobre as relações ali existentes e a delimitação dos fatos que podem ser realizados e expressados, utilizando-se das mais diversas formas de exercer o poder sobre aquele indivíduo, grupo e/ou espaço. É a partir das concepções atreladas recentemente ao corpo e principalmente, ao corpo das mulheres, que o reconhecemos enquanto território e, conseqüentemente, detentor de uma territorialidade.

Para efetivar nossas concepções em relação aos fatos e as possibilidades de perceber territorialidades diversas e cotidianas, nos inteiramos nessa pesquisa das possibilidades trazidas por Sack (2013, p. 81) quando pontua em sua abordagem que territorialidade “envolve as perspectivas daqueles controlados e daqueles que executam o controle, sejam eles indivíduos ou grupos. Ela atrai efeitos físicos, sociais e psicológicos”. É diante disto, que a possibilidade de perceber a territorialidade nos corpos das mulheres nos parece de extrema importância e urgência.

Partindo das contribuições elencadas por Foucault (1989; 1999) quanto as exemplificações sobre a construção dos corpos e o exercício de poder sobre eles, referente à noção de corpos sadios - desde os discursos de beleza, saúde e higiene - até os corpos dóceis: vulneráveis, moldáveis, pensamos aqui que essas percepções, mesmo que partindo de um outro viés analítico, que não a territorialidade, as discussões trazidas pelo autor sobre o poder exercido por e para os corpos sejam formas primeiras de compreendermos e exemplificarmos a territorialidade ao nosso recorte espacial.

Sack (2013) nos direciona a compreensão de que a territorialidade é caráter de poder social que inter-relaciona o espaço e a sociedade. Porém, é importante perceber que as mudanças e as novas formas de percepção sobre as diversas territorialidades faz parte desses processos de modificações históricas e sociais das relações de poder. É diante disso, ao que diz respeito às pessoas e, conseqüentemente seus corpos, concordamos com o autor ao pontuar o seguinte:

peças não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (SACK, 2013, p. 87-88).

Frente às possibilidades de abordagens que encontramos, compreendemos que os corpos das mulheres são territórios, repletos de territorialidade estabelecida durante a história. As delimitações espaciais, intelectuais e libertárias que foram negadas às mulheres, atribuídas por

diferenças corporais é fato evidente dos processos de controle e subordinação sobre esses corpos, que vão mudando durante os tempos e espaços, mas que permanecem na atualidade.

Quando encaramos que os corpos das mulheres estão mais sujeitados aos exercícios de poder, se comparados aos corpos dos homens cis gênero e/ou heterossexuais, podemos perceber as mais variadas maneiras de manifestações territoriais, nos mais diversos território. É necessário compreender que, os corpos das mulheres são territórios primeiros das relações sociais, onde são direcionados para eles, sobretudo alicerçados pela cultura machista, patriarcal e falocentrista, maneiras de dominar, marginalizar esses corpos e, por fim, controlá-los. “Assim, estes territórios de poder são, tanto o corpo que se torna território, como também, a espacialização dos modos, das práticas cotidianas da vida dos “sujeitos-corpos” que se tornam territórios” (MONDARDO, 2009, p. 3).

Portanto, compreendemos os corpos das mulheres como um território detentor de territorialidades, alicerçadas por traços culturais e discursivos que fazem dos corpos das mulheres espaços de disputa e conflitos, os quais careceram/carecem de resistência para a efetivação dos mínimos direitos como, por exemplo, manifestações e representações corporais, desde vestimentas, cortes de cabelos, tonalidade da voz, até o direito e espaço de fala, entre outros. Tais territorialidades e suas projeções alicerçadas pelo poder aparecem nas relações sociais cotidianas.

2.1 Os corpos das mulheres: território de poder

“O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica” (PERROT, 2005, p. 447).

Quando observamos os corpos e como eles, além de estarem inseridos, se relacionam na sociedade, começamos a percebê-los de maneira mais complexa. Pois, se pensarmos que todas as relações sociais, culturais e de linguagem, partem de uma interação ou comunicação que inicialmente é estabelecida pelo corpo, sendo ele ponto de partida de qualquer expressão e construção de todos os seguimentos sociais e culturais, ressaltamos a necessidade de compreendê-lo detentor de territorialidade. Os corpos são territórios primeiros, são para ele que se atribuem o poder e suas diversas formas de projeção.

Para compreendermos essa conjuntura, precisamos observar como o domínio de qualquer outro território é estabelecido primeiramente por uma conquista dos corpos. Os territórios e as suas diversas formas de serem delimitados, configurados e caracterizados

partem de uma construção humana, detentora de uma corporeidade. Os discursos, as manobras políticas do Estado e, até mesmo, a violência não são direcionadas ao território físico (continental, aéreo, marítimo ou espacial), mas sim aos corpos, seja de um indivíduo, um grupo ou uma nação.

As formas de conquistas e delimitações são construções corporais a partir de tudo que a corporeidade detém: possuidor de uma territorialidade, o corpo é alvo do exercício de poder, porque “possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 1989, p. 16). Desta forma, os corpos são circundados por diversos exercícios de poder, para fins e atribuições variadas.

Porém, é importante salientar que as relações de poder aparecem em diferentes vieses, elas nem sempre são estabelecidas em forma de repressão, ameaça, censura, o poder seria muito frágil se assim o fizesse e, “se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 1989, p. 76). Ou seja, o poder possui uma estrutura e, em seu alicerce, maneiras de se firmar de forma cautelosa, ele compreende e se adéqua para conquistar o contexto desejado, muitas vezes de maneira imperceptível, produzindo os saberes necessários para sua consolidação. Diante disso, concordamos que

o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1999, p. 118).

Se olharmos toda essa conjuntura que elencamos, é perceptível a territorialidade estabelecida aos corpos, o poder encontra-se entrelaçado à construção e aos moldes dos corpos, os delimitando, qualificando e, seguidamente, os hierarquizando. E é justamente com o conhecimento da hierarquização desses corpos, que enquadraremos a análise aqui proposta: a territorialidade estabelecida nos corpos das mulheres. Primeiro, precisamos entender o que Foucault chama de “mecânica do poder”, a qual “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 1999, p. 119).

O poder, que adentrou os corpos das mulheres antes mesmo de sua constituição física, criou espaços sociais específicos para estes corpos, a delimitação de “regras” e enquadramentos. Estabelecendo faces culturais e sociais do que caracteriza uma mulher, muitas vezes usando da própria biologia dos corpos das mulheres para descapacitar e desqualificar a presença delas em alguns espaços. “Homens e mulheres são identificados por seu sexo; em particular as mulheres são condenadas a ele, ancoradas em seus corpos de mulheres chegando até a ser prisioneiras deles” (PERROT, 2005, p. 470). Desta forma, hierarquizando os corpos dos homens sobre as mulheres, constituindo uma das primeiras territorialidades.

Em relação à hierarquização desses corpos, podemos em uma rápida pesquisa, perceber alguns significados, segundo o *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*⁴ e suas três principais definições do que seria a hierarquia, ele nos remete que a hierarquia é, por sua vez, a “subordinação de certos poderes uns aos outros”, a “classificação ou ordenação segundo determinados critérios”, e/ou “organização segundo vários graus de poder e subordinação”. A partir dessas (re)significações, percebemos que a hierarquia estabelecida a esses corpos acaba por estar mais explicitada em uma dessas definições, ou seja, na organização segundo vários graus de poder e subordinação, pois é diante das relações de poder sobre o corpo da mulher que se constitui tal perspectiva real de desigualdade.

A abordagem aqui não consiste em reafirmarmos a hierarquia, nem muito menos compreendê-la como algo irreversível, pelo contrário, a discussão acerca da problemática aparece justamente para que percebamos os espaços que a hierarquia se reafirma para que, deste modo, o movimento de desconstrução se consolide. Segundo Alves (2011), constituiu-se a partir das diversas culturas a noção de diferenciação de comportamentos de meninas e meninos, estipulando das mais diversas formas o modo de “se construir” no meio social, sendo a mulher uma reprodutora e o homem produtor (primordial). Frente à provocação sobre a hierarquia, se elabora uma nova percepção sobre como ela se afirma, e é reconhecendo a sua existência que aumentamos as possibilidades de desconstrução da sua essência. Assim caracterizamos uma das primeiras manifestações da territorialidade.

Quando se hierarquiza os corpos e se atribui caráter de valor diferente a eles, cria-se uma estrutura de poder, neste caso, sendo o homem e a cultura machista, patriarcal e falocentrista, detentora dos discursos e formação de opiniões. Todavia, não estamos colocando aqui que as mulheres e seus corpos são passivos a essas relações de poder, muito

⁴ Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/hierarquia>>. Acesso em: 21 set. 2017.

pelo contrário. Concordando com Foucault (1989, p. 87), o poder que é exercido sobre esses corpos também condiciona um processo de reação, “não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos”. Os corpos sociais, e aqui especificamente os corpos das mulheres, possuem sua materialidade, existência e territorialidade estabelecida pelo poder. Para que percebamos essa conjuntura e essa territorialidade, é necessária uma observação e, sobretudo, uma leitura sensível das relações sociais que se estabeleceram culturalmente entre os homens e mulheres.

Retomemos então, às colocações pontuadas no primeiro tópico desse trabalho, onde podemos notar as lutas e processos corporais que foram e são atribuídos às mulheres: por exemplo, se observarmos as transformações sociais e culturais que as mulheres vêm conquistando ao longo dos anos, podemos então compreender que mesmo que os corpos sejam alvos dessa territorialidade, isto é, das manipulações, tentativas de controle e represálias, eles possuem uma resistência, frente ao contexto machista de domínio.

Partindo do pensamento foucaultiano (1989, p. 89), no qual “na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”, podemos compreender que a percepção dessa conjuntura territorial acaba por alicerçar também uma resistência, a materialidade que é encontrada na estrutura de controle sobre os corpos das mulheres, incitam a posteriori maneiras de emancipação e de solidificação os direitos a liberdade de exercer, reivindicar e proteger seus corpos de uma enxurrada de tentativas de controle e tomada do poder. Compreendemos, então, que as relações de poder “produzem” a territorialidade, assim como os elementos e fatores territoriais constroem, elaboram e produzem os corpos.

Ao perceber essa estrutura, os poderes de uma sociedade disciplinar estimulam os desejos estabelecendo intrinsecamente maneiras de domínio. Assim como as estratégias elaboradas para a conquista de um território (no sentido físico em relação a uma grande extensão de terra), a conquista dos corpos necessita de mais cautela e estratégias. Diante disso, são elaboradas formas que possam por meio de práticas discursivas subsidiar as estratégias de domínio territorial dos corpos das mulheres. A divisão e a subordinação dos sexos que se estabeleceu culturalmente é papel central nesse processo.

Contudo, a estrutura do poder que tenta de diversas e distintas maneiras o controle dos corpos das mulheres, reformula-se. A territorialidade que se estabelece, enraizada na construção de adequações sociais propagadas nos mais diversos meios de comunicação, reelaboram os padrões corporais, comportamentais e de identidade que são estabelecidos. Ou seja, o domínio continua a existir, porém, a partir do momento que essa territorialidade desenvolve uma resistência, a “mecânica do poder”, para continuar controlando esse

território, acaba por encontrar outras maneiras de manter a estrutura de domínio e opinião sobre os corpos das mulheres. Segundo Foucault (1989, p. 88), “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua”. É importante percebermos que o poder que adentra os corpos das mulheres está munido de uma rotina muito bem estruturada e elaborada, onde as próprias mulheres passam a se questionarem sobre os aspectos conjunturais das desigualdades e de controle de seus desejos, vontades, liberdades e espaços.

Reconhecendo essa estrutura, as manifestações do poder e suas estratégias de domínio, é importante salientarmos que o poder não é organizado nem centralizado: ele é repleto de relações desiguais e discursivamente constituídas. O poder pode ser encontrado nas suas diversas formas de exercício, nos mais variados indivíduos, grupos e instituições e é justamente por está descentralizado que precisamos começar a percebê-lo. Seguidamente, compreendemos como a disciplina é imposta à sociedade e as relações de poder sobre os indivíduos que se estabelecem em um processo constituído de tempo, normatização, conhecimentos específicos e “adestramento”. Subsidiados pela concepção de Foucault (1999, p. 195) compreendemos que

o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes.

Nesse contexto, reafirmamos a presença e o efeito do poder sobre os corpos na sociedade disciplinar e compreendemos efetivamente que nesse modelo de organização o poder separa, analisa e diferencia. E é justamente a partir dessa diferenciação que a própria estrutura hierarquiza esses corpos e atribui valorização e espaços a corpos específicos, como citamos anteriormente. Podemos então notar que os corpos das mulheres, enquanto territórios são delimitados, principalmente pelo poder que lhe é imposto seja por meio do discurso, seja pelo controle. Tais fatos são naturalizados por meio da cultura e seus discursos normativos, até o próprio Estado acaba por assegurar em alguns momentos a territorialidade sobre esses corpos.

Pensamos que depois de percorrermos e efetivarmos as relações de poder juntamente com os aspectos culturais, caracterizando o território a partir de uma análise geográfica, é necessário nesse momento de nossa pesquisa exemplificar como a territorialidade está presente nos corpos das mulheres e algumas formas de manifestações dela. Um dos primeiros

fatores teórico-metodológico que precisamos levar em consideração são as discussões de gênero que surgem, principalmente, com o intuito de problematizar e perceber as desigualdades nas relações entre homens e mulheres.

De acordo com Joan Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Mesmo compreendendo que esse “conceito” do que constitui um gênero é apenas um dos diversos, tomamos esta definição como essencial para este trabalho por presumir que, no contato social, sobretudo na compreensão das diferenças corporais de homens e mulheres, e em como elas acabam sendo exaltadas para a manutenção de hierarquia.

Notamos também, que a própria hierarquia é alicerçada com a intenção de sobrepor um gênero sobre o outro, estipulando comportamentos diferenciados a homens e mulheres para que o modelo social machista, falocentrista e patriarcal sejam assegurados. É nessa linha de pensamento e no olhar que as pesquisas direcionadas as questões de gênero possibilitam que seja urgente questionarmos a territorialidade estabelecida socialmente aos corpos das mulheres. Porque

o “sexo” é um construto ideal que é forçadamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou uma condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta (BUTLER, 2016, p. 154).

Em primeiro momento, notamos que os corpos das mulheres estão sempre em julgamento: em tempos, espaços e conjunturas culturais anteriores, o domínio do território corporal era dos patriarcas da família, inicialmente o pai ou a figura dos irmãos e, posteriormente, o esposo. As diferenças atribuídas ao seu “sexo”, inferiorizam aquele corpo, que supostamente precisa ser controlado por um “sexo superior”. “As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais, masculino e feminino são uma construção social que encontra seus princípios nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher” (BOURDIEU, 2010, p. 24).

A sociedade alicerçada e controlada pela hegemonia do poder discursivo atribui normalidade a esse controle, em que as mulheres, mesmo que possuidoras de seus corpos, são coagidas a não os usar e exercê-los em essência e liberdade. É importante ressaltar que esses fatos não são apenas de contextos de uma realidade não mais existente, representações de

poder e de territorialidade como essas, ainda se fazem presentes em algumas culturas e contextos sociais.

Mas, como discorremos, para “conquistar” um território, é necessária a utilização de estratégias de adequação do poder sobre a sociedade e a cultura vigente. Ou seja, o controle e a forma de dominar ou tentar dominar os corpos das mulheres, assim como em toda estrutura do poder, precisou passar por transformações. As maneiras, os discursos, os mecanismos, não de maneiras tão alarmantes, conseguem esse controle. Contudo, os espaços para discussões e conhecimento da emancipação feminina, juntamente com o apoio do movimento feminista, tem reconhecido e caracterizado esses fenômenos para subsidiar as resistências das mulheres sobre o domínio de seus corpos, suas essências e vontades.

A resistência e, conseqüentemente, a compreensão por parte das mulheres que seus corpos estão sendo espaços de disputas de uma sociedade que constrói e adequa as mulheres para satisfazer um ideal machista, patriarcal e falocentrista, fazem com o que o poder passe a perder sua força e conseqüentemente quando o “sexo dominante” perde o controle sobre território, soergue as violências e os conflitos.

Quando esses territórios entram em conflito, as estratégias discursivas e o poder param de ser percebidos com normalidade pelas mulheres, erguendo fortemente a resistência e a luta pelo domínio de seu território mais próximo. É diante disto que a cultura machista, na tentativa de manter seu domínio, usa a violência como mecanismo de reaver esse poder. Já que discorremos que o poder se faz presente nessas relações e podemos ressaltar também que a perda do poder pelas estruturas dominantes e o ganho e força reconquistada pelas mulheres, fazem com que outro momento nessa territorialidade seja estabelecido.

A emancipação e a luta dessas mulheres por seus corpos passam a serem afrontados por meio das diversas formas de violências, o que nos mostra que a cultura machista parece vir (ou estar) “perdendo território”. Partimos então da compreensão de Souza (2013) que, ao trabalhar com as noções de território e territorialidade, traz as concepções da Hannah Arendt sobre a necessidade de não confundirmos o poder com violência, força ou imposição arbitrária, mas sim tratar as violências e seus afins, como exemplos claros de uma perda da hegemonia do poder ou de uma tentativa de retomá-lo.

Bourdieu (2010) abrange algumas concepções de violência, principalmente atreladas à violência simbólica, que pensamos ser uma das primeiras formas de violência direcionada aos corpos das mulheres, pois contempla, sobretudo, a construção dos corpos das mulheres socialmente, diante das adequações exercidas e dos padrões estabelecidos para esses corpos. Ele, aborda algumas maneiras dessa violência ser, em muitas vezes, despercebida e, ao

exemplificá-la, traz questões cotidianas atreladas às relações entre os homens e as mulheres como fatores que representam essas dominações. Desta maneira,

a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 46).

Portanto, a violência simbólica aparece nas formas de classificar as diferenças as hierarquizando, atribuindo valores e segregando corpos específicos. Outro ponto importante na caracterização desse tipo de violência é justamente ser enquadrada de forma sutil, onde em alguns momentos, o próprio dominado defende e assegura a efetivação dessa relação de violência, a qual pode se apresentar de diversas formas. O autor ainda destaca que esse caráter simbólico possui inúmeras consequências como, por exemplo, os próprios corpos inferiorizados,

muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais — vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa — ou de paixões e de sentimentos — amor, admiração, respeito —; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até contra a vontade, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego, a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 2010, p. 51)

Diante dessa realidade e dos aspectos da violência simbólica, podemos nos questionar: se em alguns casos os corpos são violentados de maneira simbólica, como podemos afirmar que estamos diante de uma territorialidade? Souza (2008, p. 65) esclarece que “o território embora sendo também uma manifestação do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma “coisa” material”. Ou seja, mesmo que o corpo possua materialidade, nem sempre o que a sociedade patriarcal tenta conquistar é algo palpável, isto é, a conquista primeira desses corpos também se dá direcionada ao espaço de fala, às escolhas, à liberdade.

A linguagem é um dos dispositivos condicionadores da violência simbólica por entendermos, a partir de Bourdieu (2010, p. 50), que “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua como apoio de predisposições colocadas como molas

propulsoras, isto na zona mais profunda dos corpos”. Deste modo, quando desconsideramos o feminino na nossa linguagem, acabamos por potencializar a força simbólica e, assim, condicionar a violência simbólica.

Compreendemos que a violência que parte de um simbolismo hierárquico, é direcionada para outras vertentes, se enquadrando enquanto violência física e psicológica. Exemplos comuns dessas violências são as vivências diárias de uma enxurrada de posicionamentos que tentam a todo custo culpabilizar os corpos das mulheres pelas violências sofridas.

Através do discurso normativo patriarcal são atribuídas às mulheres, que tudo que acontece aos seus corpos foram resultados de ações inapropriadas para “uma mulher”, ou seja, o conflito territorial acontece quando as mulheres não mais se sujeitam ao domínio estipulado. A cultura do estupro, enraizada no Brasil, violenta corpos a todo tempo e os discursos machistas possuem papel fundamental nesse alicerce de violência, em que atribuem caráter de valor a uma determinada performividade dos corpos, os julgando e moldando, criando corpos vulneráveis e, conseguinte, os vitimando. Sendo assim,

Este “poder sobre a vida”, que consiste num conjunto de dispositivos e técnicas com o objectivo de obter a subjugação do corpo individual e do conjunto da população expressa-se espacialmente em redutos de exclusão mais ou menos opressiva e violenta, sustentada discursivamente como a representação do próprio funcionamento natural da comunidade (AZEVEDO; PIMENTA; SALGUEIRO, 2009, p. 14).

Um exemplo evidente do que está aqui posto são comentários proferidos sobre mulheres vítimas de estupro, os julgamentos sobre o horário, as roupas, os espaços frequentados pela mulher que aparecem enquanto subsídios para aquele tipo de agressão. Tais discursos culpabilizam e violentam secundariamente esses corpos, além de ecoarem enquanto formadores de opiniões. É sabido que a violência contra as mulheres possui números alarmantes no Brasil e no mundo, cujas ações violentas exercidas sobre os corpos das mulheres partem, principalmente das relações de gênero e da violência doméstica⁵.

Temos em nosso país índices altíssimos de violência contra as mulheres que buscam os direitos básicos e libertários ou apenas são vítimas desse controle social e cultural que atribui o domínio dos corpos das mulheres aos homens. Dados sobre esses índices de violências no Brasil podem ser encontrados em alguns documentos oficiais como, por exemplo: *o panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*

⁵ “Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL. Lei Maria da Penha, 2006, Art. 5º).

(2018) produzido pelo Senado Federal⁶, que leva em conta para a elaboração de seus dados uma coleta de informações de órgãos específicos como as taxas de homicídios levantadas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); do Ministério da Saúde (MS), além de registros obtidos pelas ligações para o número 180, computadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

Diante das informações obtidas nesse documento, podemos destacar alguns dados importantes, sendo assim,

no que diz respeito à violência letal contra as mulheres, verificou-se que, no Brasil, houve redução das taxas de homicídios de mulheres registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS) no ano de 2015, frente ao registrado no ano anterior: enquanto em 2014 foram registrados 4,6 homicídios por grupo de 100 mil mulheres, em 2015 tal índice foi reduzido a 4,4. Essa queda, inclusive, foi observada tanto para mulheres brancas, quanto para mulheres pretas e pardas. [...] *Contudo, é importante destacar que, embora tenha sido verificada uma redução da taxa de homicídios de mulheres no último ano, tal taxa (4,4) ainda se apresenta em um nível mais elevado do que o verificado em 2006 (4,2), ano de início da vigência da Lei Maria da Penha* (BRASIL, 2018, p. 8-9, grifos nossos).

Quando observamos os dados é importante notarmos que mesmo que eles venham mostrando uma diminuição na violência contra as mulheres, precisamos antes de qualquer coisa compreender que, o Brasil ainda possui números altíssimos. Além de outro fato de suma relevância, quem nem todas as violências sofridas pelas mulheres são contabilizadas em documentos oficiais, alguns casos nem chegam a serem denunciados.

Outro ponto importante em relação à violência atribuída a esses corpos, justamente pela perda do poder sobre eles, são as variações quando observamos essas violências em recortes específicos como, por exemplo, classe social, etnia/raça e orientação sexual. Segundo Brasil (2018, p. 9), “a violência letal ainda atinge de forma diferente as mulheres a depender de sua raça, uma vez que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas em 2015 foi de 3,0, a mesma taxa entre as mulheres pretas e pardas foi de 5,2”. Diante disso, notamos que os corpos das mulheres atrelados a outros fatores se constituem nos mostrando territorialidades distintas e modelos de projeções do poder a partir de posições hierárquicas impostas pelos enquadramentos sociais.

Os casos de violência contra a mulher em suas diversas formas sejam elas físicas, psicológicas, patrimoniais são reflexos e afirmações da territorialidade dos corpos. A partir do momento em que o poder dos homens sobre as mulheres é ameaçado, é por vezes, pela

⁶ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>>. Acesso em: 25 set. de 2018.

violência que o controle é retomado, os casos de violência ficam cada vez mais evidentes. Concordamos que

à violência sempre é dado destruir o poder; do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder. [...] O domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido. [...] O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente (ARENDR, 1985 *apud* SOUZA, 2013, p. 81).

Ao confirmamos que a violência é exemplo notório da perda de poder e que as mulheres sofrem todo dia com essa realidade, presumimos que os corpos das mulheres são territórios, e mesmo que a territorialidade seja estabelecida através de diferentes fenômenos, ela se faz presente diariamente nos corpos das mulheres. Diante disso, partimos para a percepção desse fenômeno nos corpos das mulheres estudantes do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, onde compreendemos as diversas maneiras de manifestações territoriais e de violência dentro de um espaço público e de ensino superior.

CAPITULO 3 – (RE)CONHECENDO OS TERRITÓRIOS

Quando nos dispomos a compreender determinadas temáticas cientificamente, se faz necessário um olhar diferenciado para os espaços que frequentamos e seguidamente para as relações pessoais, interpessoais e sócio-espaciais que ali acontecem. Posteriormente, é preciso ter a experiência *in loco*, agregando ainda mais interesse e em alguns momentos uma necessidade para além de pesquisar, em registrar e resistir contra uma conjuntura social que nos atinge e aflige, estabelecendo uma participação efetiva e afetiva naquele território e nas diversas formas que os fenômenos são ali estabelecidos.

O recorte espacial que abordamos nesta pesquisa foi escolhido com muita cautela depois de se (re)pensar a viabilidade e a importância social que atribuímos a um trabalho científico, sobre o espaço que oportuniza o acontecimento deste. Delimitamos, por sua vez, o Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, localizado na cidade de Guarabira/PB, como corpus de análise, o qual é o Centro de Humanidades da instituição em questão e disponibiliza de seis cursos, sendo cinco licenciaturas em: Geografia, História, Pedagogia, Letras Português, Letras Inglês, e um curso de bacharelado em Direito.

Segundo dados da PROGRAD (Pró Reitoria de Graduação), no período de 2017.2, o Campus III possui 2.447 estudantes, dos quais 62 estão com a matrícula trancada e 2.385 frequentam as aulas regularmente. A partir desse total, obtivemos a informação que destes são 1.481 mulheres e 946 homens, levando em consideração apenas a divisão binária dos dados coletados.

A seguir, pode-se observar uma imagem de satélite dos limites do Campus:

Figura 1 – Campus III da UEPB via satélite.



Fonte: Google Maps, adaptado por Débora Dantas de Souza, acesso em 24 ago. 2018.

O Centro de Humanidades apresenta características e fenômenos bem diversificados e peculiares, a exemplo do fluxo diário de estudantes e professores que se deslocam de vários municípios paraibanos e até mesmo de outros estados para o campus. A locomoção destes e destas estudantes acontecem, em sua maioria, em ônibus escolares disponibilizados pelas prefeituras dos seus respectivos municípios.

Podemos observar de antemão como o fixo, ou seja, como um prédio e os serviços nele prestados, pode influenciar diretamente na configuração do território, tanto no que diz respeito a estrutura física, como nas produções artísticas, científicas e profissionais ali reelaboradas. Para compreendermos de fato o que são fixos, partimos da concepção miltoniana de que eles “são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer” (SANTOS, 2013, p. 194). Tais fixos, como no caso do Campus III, da Universidade Estadual da Paraíba, se tornam responsáveis por um fluxo de pessoas que vão à busca dos serviços educacionais ali oferecidos, configurando toda uma dinâmica territorial. Os fluxos diários desencadeiam encontros das mais diversas culturas, religiosidades, conhecimentos, personalidades, classes sociais e identidades, sendo assim, espaços de múltiplas discussões, sejam elas teóricas ou até mesmo de conflitos pessoais.

Compreendendo essa dinâmica e entendendo que as universidades tendem a caracterizar e produzir conhecimentos, apontamentos e discussões diversas, podemos afirmar que elas são alicerçada, sobretudo, pelas diferenças, as quais devem ser indispensavelmente respeitadas. Porém, nos parece evidente a dificuldade que se vem enfrentando para que os direitos de expressão não sejam perdidos, nem muito menos se caracterizem enquanto fatores de ações discriminatórias. Sendo assim,

o direito à diferença, portanto, é um corolário da igualdade na dignidade. O direito à diferença nos protege quando as características de nossa identidade são ignoradas ou contestadas; o direito à igualdade nos protege quando essas características são destacadas para justificar práticas e atitudes de exclusão, discriminação e perseguição (BENEVIDES, 2007, p. 340).

Frente às colocações da autora, é notória a importância das diferenças já que elas fazem parte estrutural das sociedades, as multiplicidades de identidades e as variações culturais asseguram a conjuntura diversificada dos grupos sociais, o que pensamos aqui ser de primordial importância na dinâmica social.

Sendo assim, é importante pensarmos o “ser” a partir de sua identidade, pois é notável a presença das diferentes identidades culturais do sujeito pós-moderno e como as relações entre

esses sujeitos diversos necessitam de cautela e respeito à diferença do outro. Segundo Hall (2006), os sujeitos pós-modernos são indivíduos de identidades plurais, estão em constante mudança e elaboração, levando em consideração tanto os aspectos do “eu” como as questões culturais e da globalização, que influenciam, dessa forma, na “construção” desses sujeitos repletos de identidades, as quais são moldadas e reformuladas inúmeras vezes.

Uma das colocações cruciais a esse respeito é o fato da própria identidade ser “estruturada” a partir das diferenças. Lé Bosse (2013) esclarece que, para a construção e para a consciência da nossa própria identidade, precisamos mais do que nos reconhecer enquanto parecidos, mas nos deparar com o “outro”, o sujeito que não eu, para que dessa forma nos reafirmemos ou nos reformulemos enquanto sujeitos de identidade.

Ao compreender o que o autor nos traz, os apontamentos levantados nesta pesquisa tomam mais evidência quando a diferença, que deveria ter papel fundamental para a concepção das identidades individuais, como bem pontua Silva (2009), passa a ser enxergada ou colocada em questão para hierarquizar e, seguidamente, inferiorizar um sujeito sobre o outro.

A partir do discutido e da percepção dessas múltiplas concepções sobre esse território onde se têm o encontro diário dessas diversidades, essa pesquisa cria uma estrutura mais sólida, partindo então das manifestações territoriais atreladas as questões de gênero, observando como os corpos das mulheres são territórios conflituosos, dentro do recorte espacial, onde as mulheres são maioria dos estudantes da instituição.

3.1 A respeito do método e dos caminhos metodológicos

Para a pesquisa empírica ser possível, partimos em primeiro momento de um arcabouço teórico, abordando temáticas relacionadas à Geografia Cultural: corpo, gênero, mulheres, relações de poder e território. Tais leituras e discussões a respeito das temáticas começaram a acontecer no ano de 2016. Posteriormente, a percepção atrelada à vivência no Campus III passou a fazer parte de uma análise constante. Já no ano de 2017, acontecimentos de grande notoriedade, como o abuso de poder⁷ e discriminação, nos remeteu ainda mais urgência em compreender as relações sociais e, sobretudo, as relações de poder estabelecidas naquele território, atribuídas aos corpos das mulheres, manifestadas de diversas formas e construídas por meio de representações discursivas.

⁷ Caso noticiado no dia 27 de out de 2017, ainda em averiguação. Disponível em <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/pm-investiga-policia-que-tentou-prender-estudante-e-professor-na-uepb.ghtml>>. Acesso em 23 out. 2018.

Partindo-se de uma perspectiva fenomenológica geográfica, que, segundo Marandola Junior (2014, p. 203), “visa fenômenos tais como aparecem na experiência. Isso significa lidar com a dimensão material e imaginal do mundo ao mesmo tempo, nas quais atividade humana produz espaço fundando uma geograficidade, composta tanto por mundos interiores quanto espacialidades”. Compreendendo assim, como a vivência dos fenômenos influenciam diretamente a forma como o pesquisador constrói e analisa seu objeto de estudo.

Notamos que é diante da experiência que a percepção aparece enquanto um dos fatores primários, seguido com reconhecimento identitário do “eu pesquisador(a)”, alicerçado em um meio indissociável entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. O autor supracitado pontua que “o perceber o mundo inicia-se pelo conhecer a si mesmo, em um processo que poderíamos chamar de retroalimentado: conhecemos o mundo, conhecendo a nós mesmos, mediados pelos sentidos corporalmente experienciados e intelectualmente interpretados” (MARANDOLA JR, 2014, p. 202).

Partimos desse viés fenomenológico adequado à Geografia Cultural e à possibilidade da subjetivação das percepções, ressaltando que a utilização dessa metodologia nos possibilita, enquanto “eu pesquisador(a)”, ocupar parte transformadora e analítica do campo de pesquisa. Diante dessas possibilidades, o método fenomenológico-hermenêutico, no qual, de acordo com Sposito, “é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente” (SPOSITO, 2004, p. 38), nos subsidiou de maneira essencial na realização adequada dessa pesquisa, sobretudo, quando fazemos parte tanto do território, quanto dos objetos de estudo da mesma.

No seguir da pesquisa, foi realizado um campo, no qual foram aplicados 50 questionários⁸, com dez perguntas dissertativas, os quais foram unicamente respondidos por mulheres cis que possuem matrícula ativa em algum dos cursos oferecidos no Campus III, nos três turnos de funcionamento. Esses procedimentos aconteceram com o intuito de coletar informações e dados relacionados à vivências e experiências das mulheres neste território e como/se elas percebem essa territorialidade proposta na pesquisa, para que assim consigamos um arcabouço geral da realidade das mulheres inseridas no nosso recorte espacial e temporal.

A priori, a vivência diária no campus durante quatro anos e meio nos possibilitou nesse meio tempo a observação e as experiências a partir de um campo de visão analítico, das relações de poder consolidadas pelos traços, reflexos e circunstâncias da sociedade machista, patriarcal e falocentrista. Os olhares que acompanham os corpos das mulheres que passam

⁸ Questionário disponível em apêndice.

pelos corredores, os murmúrios e os comentários desnecessários fazem parte de uma rotina diária, naquele território.

Na coleta de informações e aplicação dos questionários, percebemos que a própria aproximação com os grupos de mulheres foi de certa forma difícil. Presumimos que, em alguns momentos, esses posicionamentos foram ocasionados pelo receio de expor questões tão íntimas. Os questionários, na maioria das vezes, eram respondidos em silêncio, com dúvidas e receio, o olhar para essas mulheres enquanto elas respondiam os questionamentos propostos também adentra nesta pesquisa, por notarmos como falam sobre si, sobre sua existência e resistência, e sobre seu direito de emancipação e liberdade ainda traz um determinado desconforto.

3.2 Dos territórios as resistências: os silêncios quebrados

Essa pesquisa consolidou-se na leitura das respostas expostas nos questionários, assim, pontuamos da maneira mais próxima possível com o que nos deparamos: as frases e vivências reveladas. Para podermos preservar a identificação dessas mulheres, usaremos codinomes de flores, tendo em vista a Primavera das Mulheres⁹ e a luta feminina e feminista por igualdade. Faz-se importante entendermos e deixarmos em evidência que nosso recorte espacial, por ser um campus universitário, já nos estabelece um espaço de privilégio, pois, reconhecemos que os dados e as discussões elencadas, dentro de outras realidades, possivelmente nos trariam outros resultados e condições para esta pesquisa.

Diante disso, é preciso esclarecer o porquê dos questionários aplicados não possuírem diretamente nenhuma pergunta direcionada ou que cite o termo “territorialidade”. Tomamos como argumento o fato do público alvo: as mulheres discentes dos mais diversos cursos, que não possuem a responsabilidade de compreender teoricamente, e de forma abrangente, esse conceito. Porém, como explicamos no capítulo anterior, a territorialidade destes corpos são manifestadas de formas diversas e projetadas em variadas circunstâncias, o que justifica os questionamentos que propomos. Tendo em vista que não é necessário para as mulheres, em primeiro momento, a compreensão teórica do termo proposto, mas sim que elas saibam de sua existência e/ou das formas como essa territorialidade se manifesta, não sendo preciso entender desta para vivê-la ou praticá-la.

⁹ Revolução social de caráter feminista, que ganhou espaço nas ruas de Paris, em março de 1968. Foi/é importante lembrete da força da mulher. Partindo do ideal de reivindicação de direitos, clamando pela igualdade entre os sexos e usando a moda como forma de manifesto. Disponível em: <<http://www.justicadesaia.com.br/maio-de-1968-a-primavera-das-mulheres/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

Para explanarmos as respostas que obtivemos, partimos de alguns critérios específicos como, por exemplo, o respeito à autonomia total das mulheres em suas respostas e não atribuição da obrigatoriedade de identificar-se, mesmo que a maioria tenha preenchido o quadro de identificação. Esta pesquisa não possui o intuito de mostrar apenas os dados quantitativos, mas, além deles, exemplificar a partir das respostas obtidas, como a territorialidade está presente nos corpos das mulheres do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba. Por sua vez, organizamos as colocações respeitando a ordem numérica das perguntas no questionário. Salientamos que toda escrita está com o contexto e essência das respostas.

Para a elaboração do questionário, consideramos primordial falar dos corpos, sobretudo, dos corpos das mulheres, aos quais recaem com maior projeção e força os discursos de beleza e cuidado com a aparência, seja em seu peso, medidas, altura, pele e vestimentas. Diante disso, pontuamos: Como você se sente com o seu corpo?

Das 50 repostas, 12 mulheres responderam que estão satisfeitas com o seu corpo atual, contudo, também pontuaram a “luta” para chegar a esse conforto. Observemos abaixo algumas colocações dessas mulheres:

Rosa: “atualmente me sinto bem, mas nem sempre foi assim e cada dia tem sido uma luta por aceitação”.

Liz: “Com o passar do tempo passei a aceitá-lo da forma que ele é, mas durante muito tempo tinha receio da minha aparência”.

Dália: “Eu aprendi a me amar, porém, o caminho foi difícil”.

Orquídea: “Aparentemente, ou seja, fisicamente, me sinto bem. Porém, não foi sempre assim, pois já houve momentos que eu me martirizava porque queria estar dentro do padrão que a sociedade diz ser o ideal, e eu não achava o perfil do meu corpo, que é de uma pessoa magra, bonito”.

Fica notório nesses trechos que mesmo as mulheres que hoje conseguem estar satisfeitas com seus corpos, e suas atuais performances, em algum momento, se sentiram insatisfeitas. Muitas delas possuem a consciência de que tal condição de insatisfação foi ocasionada pela cultura que determina padrões de beleza, elevando a importância de corpos específicos e só depois de muita resistência e lutas passaram a reconhecer-se enquanto mulheres que podem possuir seus próprios ideais de beleza.

O total das mulheres que responderam não estar satisfeitas ou não possuir uma opinião formada sobre como percebem seus corpos somam 38, entre elas, os relatos de insatisfação e de objetificação dos seus corpos aparecem de forma evidente, em muitos deles a necessidade e o anseio por um corpo que esteja nos padrões sociais. A busca por curvas e magreza apareceram como uns dos maiores destaques nas repostas, como pode ser observado a seguir:

Tulipa: “não tenho o tipo físico que me agrada e tenho consciência de que penso dessa forma por causa dos padrões que a sociedade nos impõe, e ainda estou lutando contra isso comigo mesma”.

Violeta: “Eu me vejo num impasse, porque às vezes estamos bem com o nosso corpo, mas ele passa a ser objetificado, o que me deixa desconfortável por esses olhares serem às vezes de maneira bem explícita”.

Bromélia: “Nunca estamos satisfeitas com o que temos, do mesmo modo é com o meu corpo sempre acho que falta alguns ajustes”.

Iris: “Ainda não me sinto completa, sempre falta algo”.

Das colocações acima, Violeta nos trouxe algumas questões importantes: a territorialidade se faz presente de inúmeras formas, as quais se reelaboram, ou seja, quando alguma das formas de relações de poder que sobrecaem nesses corpos é combatida, ou enfrenta alguma resistência, o poder na sua macroestrutura se reformula e se configura de outras formas, como ela bem pontuou, as vezes, possuir o corpo desejado passa a ser um problema, pois os olhares e os assédios podem se intensificar.

O segundo questionamento que propusemos partiu de duas colocações, as quais são relacionadas à presença das mulheres dentro das universidades, analisando, por exemplo, momentos anteriores a entrada delas naquele território e os problemas enfrentados para continuarem ocupando esses espaços. Pontuamos o seguinte: “Você encontrou empecilho(s) durante sua vida para conseguir estudar e chegar ao ensino superior? Se sim, algum deles estava relacionado ao fato de você ser mulher?”.

Da quantidade de questionários aplicados, 37 mulheres responderam que já passaram por algum empecilho para adentrar à universidade, relataram sobre a resistência das famílias para que elas não fossem para um espaço de tanta diversidade e de “liberdade”, pontuaram também as dificuldades relacionadas a maternidade e como as instituições acabam por não dar suporte a essas mães que possuem jornada dupla. Diante disso, destacamos algumas repostas:

Erva: “A minha família acabou por achar que minha vida deveria seguir outro curso, que eles pensam ser a ordem natural das coisas, que no caso é casar e ter filhos”.

Cravina: “Enfrentei alguns problemas, o fato de ser mulher fez com que a minha família cogitasse a possibilidade de que eu iria “me perder” adentrando a universidade”.

Alfazema: “COM CERTEZA, nós mulheres somos muitas das vezes taxadas e limitadas as tarefas domésticas e a casar cedo. Minha sorte foi/é que minha família sempre me incentivou a crescer intelectualmente e financeiramente”.

Magnólia: “Sofri preconceito de familiares e amigos pelo fato de precisar residir sozinha em outro estado”.

Lírio: “Tudo se complicou depois que eu engravidei e tive meu bebê, a falta de um suporte da própria universidade em relação a um ambiente no qual eu pudesse deixar a minha filha”.

Observamos, diante disso, como a territorialidade está presente nos mais diversos recortes espaciais e acompanham esses corpos dentro das suas próprias residências. Podemos destacar também que mesmo as mulheres sendo maioria no Campus III, os impasses e as lutas diárias que precisam ser travadas para que elas continuem ocupando essas vagas é símbolo constante da resistência a essa conjuntura social que tenta as marginalizar. Das repostas, 13 mulheres responderam que não enfrentaram dificuldades para adentrar a universidade.

A terceira indagação proposta está relacionada à segurança destas mulheres dentro do Campus III, levando em consideração como elas se sentem ao adentrar neste recorte espacial e se elas se sentem confortáveis em transitar desacompanhas pelos corredores da universidade. Propusemos então: “Você se sente segura no Centro de Humanidades?”.

Do número de entrevistadas, 17 mulheres afirmaram que se sentem seguras, relataram que até então nunca aconteceu nada que as deixasse com medo ou insegurança. Pontuaram também que até o próprio tamanho do campus, em extensão territorial, permite que elas se sintam mais seguras, já que poucas vezes caminham sozinhas por muito tempo.

Já outras 33 mulheres responderam que não se sentem seguras, alertaram que por serem mulheres é difícil ter um lugar de conforto e total sensação de segurança. Algumas relataram que o cenário político atual e as divergências que o mesmo trouxe, acentuaram sua insegurança, sobretudo, quando partimos para a orientação sexual das mesmas. Observemos as colocações abaixo:

Orquídea: “eu não me sinto segura em lugar algum, nunca me senti”.

Dália: “Diante desse momento político caótico, não”.

Tulipa: “Em hipótese alguma. Inclusive algumas amigas minhas já foram ameaçadas por alunos do campus”.

Alfazema: “Por ser mulher não me sinto segura em lugar algum, e afirmo que o sentimento de vulnerabilidade é enorme”.

Ao analisar as falas das mulheres, compreendemos que esse sentimento de insegurança e vulnerabilidade é algo que as persegue nos diversos espaços, muitas vezes nem pode ser contido. As ameaças registradas por Tulipa reafirmam a nossa concepção de que a resistência a esse poder machista que é propagado, sobretudo nos discursos, às vezes acarreta reações de intimidação e até mesmo de violências. A territorialidade se apresenta em determinados momentos como algo que delimita e cria fronteiras, retirando a emancipação das mulheres sobre os seus corpos. Podemos pontuar, desta forma, que a territorialidade envolve os corpos das mulheres, lhes tirando o direito de se sentirem seguras até mesmo em um lugar de vivências múltiplas e de necessidades e ambições em comum, como é o exemplo da universidade.

Frente à problemática sobre os abusos contra as mulheres e como muitas vezes a vítima acaba sendo culpabilizada pelas violências sofridas, questionamentos sobre o horário e as roupas que estavam vestindo acabam entrando em questão como uma suposta maneira de justificar tais ações. É diante disso, que surge o nosso quarto questionamento, para analisarmos como tais discursos estão adentrando na vida dessas mulheres e assim, moldando as formas e as ponderações que elas fazem para tentar se sentirem confortáveis e um pouco mais seguras nos mais variados espaços. Diante disso, perguntamos: “Já ponderou sua vestimenta para vir assistir as aulas?”.

As repostas tiveram uma proporção parecida, 23 mulheres responderam que não ponderam suas vestimentas e que usam roupas que as deixam confortáveis e que às vezes também faz parte de sua forma de resistir as imposições sociais, sobretudo, relataram que tais ações acarretam alguns comentários indesejados e que se faz necessário uma certa imposição pessoal sobre os olhares de outrem. Elas pontuaram:

Anis: “Nunca ponderei minha vestimenta, mas já fui inúmeras vezes questionada por colegas se eu achava que as minhas roupas eram adequadas para uma mulher casada, por serem roupas curtas”.

Tulipa, com firmeza ressaltou: “Nunca, pelo contrário, me visto mesmo para afrontar os preconceituosos”.

Notamos que, mesmo quando elas utilizam as roupas que se sentem bem, outras questões começam a aparecer, como por exemplo, o relato de Anis, que é uma mulher que possui um relacionamento estável e por isso cobram dela uma determinada postura, por julgarem que as vestimentas estão passando um tipo de informação errada, como se elas simbolizassem algum recado de cunho sexual.

Seguidamente, 27 mulheres responderam que ponderam sim na escolha das roupas, seja para ir assistir as aulas ou frequentar qualquer outro lugar, por terem receio dos tipos de comentários e de ações que possam surgir. Relatam também que dependendo do horário da aula e da turma, a vestimenta é sempre uma preocupação. Observemos abaixo:

Jasmim: “Sim, estudo com uma turma em determinada disciplina que quando me visto com roupas um pouco mais justas e curtas escuto piadinhas dos meninos, aí acabo sempre vindo mais composta já para evitar”.

Cravina: “Algumas vezes, não por questões minhas, mas sempre sobre os que as pessoas iam pensar a respeito”.

Pêonia: “Sim, sempre, e principalmente pelo fato de estudar a noite e às vezes precisar pegar carona para voltar para casa e os olhares me deixam assustada”.

Alfazema: “Muitas vezes. Às vezes penso que a roupa não é apropriada e que eu posso ser encarada e uma forma negativa”.

Orquídea: “Sim, pois já passei por constrangimentos causados por alunos, professor e até professora”.

Quando pontuamos anteriormente em nossa discussão os discursos e as relações de poder, ressaltamos como eles violentam as mulheres de inúmeras formas (BOURDIEU, 2010). Percebemos, nessas explanações, exemplos de violência simbólica e psicológica, as falas, as “piadinhas” acabam se tornam preocupações maiores, chegando a retirar a própria liberdade de escolha das mulheres. O que às vezes é encarado como normalidade, retira das mulheres a possibilidade de se sentirem seguras com seus desejos, os horários também passam a ser fator primordial para essas decisões.

Já relacionada à questão de número cinco, pontuamos que esta foi elaborada para que obtivéssemos os dados de assédio do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, já que

os números de assédios sofridos no Brasil são altíssimos¹⁰. Para isso, questionamos sobre o seguinte fato: “Você já foi assediada dentro do Campus III?”

Em relação aos resultados obtidos das 50 mulheres entrevistadas, 34 disseram que nunca foram assediadas dentro das delimitações do Campus, seguidamente 16 mulheres disseram já terem sido assediadas. Ao mesmo tempo em que ficamos imensamente realizados em perceber que a maioria das mulheres entrevistadas nunca foi constrangida dentro das delimitações do campus, lamentamos imensamente que os casos de assédios ainda possuam números consideráveis. No questionário, todas as respostas a esta questão foram objetivas, entre sim e não.

No apontamento seguinte, o de número seis, partimos para um olhar sobre o lugar de fala das mulheres dentro de seus cursos e áreas de conhecimento, com o intuito de fazer um levantamento sobre como essa territorialidade é estabelecida também nos espaços de fala e produção de conhecimento. Propusemos a seguinte pergunta: “Em algum momento, o seu intelecto foi desmerecido dentro do campus, levando em consideração o seu sexo?”.

As respostas foram sucintas, 39 mulheres disseram que nunca sentiram esse desmerecimento somente por causa do sexo, pontuaram que em algumas vezes foram interrompidas, mas que não associavam isso ao fato de serem mulheres. Em contraponto, 11 mulheres afirmaram que o desmerecimento é constante, principalmente em cursos e temáticas específicas. Elas relataram:

Alfazema: “Sim, inclusive por colegas de classe que além de elevarem a voz e tomar muito espaço de fala, limitavam ainda mais se o debate em questão fosse com uma mulher”.

Tulipa: “O tempo todo. Já estou no quinto período e não para de acontecer, tanto por colegas de turma como pelos docentes”.

Sálvia: “Sim, chegando ao ponto de não me deixarem concluir uma fala”.

Evidencia-se, nestes trechos, como o espaço de fala da mulher ainda passa por alguns empecilhos, principalmente quando partimos de uma realidade intelectual que preza pelas produções científicas de homens, onde a mulher “ganha” espaços apenas em algumas discussões. Há exemplo da Geografia que durante seu soerguimento conceitual e teórico traz, nas maiorias das obras, pesquisadores homens.

¹⁰ Segundo uma pesquisa realizada pela Data Folha de São Paulo, “uma parcela de 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declara já ter sido vítima de assédio sexual”. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2018.

Dando continuidade às questões, trouxemos na sétima pergunta um questionamento duplo, pois partindo dos dados de assédios que obtivemos, sentimos a necessidade de saber se algum deles foi praticado pelo corpo docente do campus, tendo em vista o fato de que os professores estão em outra posição, a qual acarreta a munção de alguns poderes em relação aos discentes. Diante disso, indagamos: “Já sofreu algum tipo de assédio por parte do corpo docente? Se sim, o/a docente usou de sua posição para intimidá-la?”.

Segundo as repostas obtidas, 46 mulheres nunca foram assediadas por professores e inclusive elogiaram o profissionalismo dos docentes que encontraram durante seu percurso acadêmico. Porém, 4 mulheres relataram que já passaram por momentos de constrangimentos aos quais não souberam como agir. Observemos abaixo:

Violeta: “Sim, mas ele nunca me intimidou”.

Alfazema: “Já sim. Na época eu me envergonhava com a forma que ele “brincava” e apenas fiquei quieta, mas hoje eu percebo através do discurso e de atitudes que não existia brincadeira, mas sim formas de me constranger. Mas ele nunca usou de seu poder para me intimidar”.

Lírio: “Já sim, piadinhas e comentários desnecessários. Mas, felizmente, não passou disso”.

Orquídea: “Sim, um certo dia eu fui assistir aula de short, e um professor insistiu algumas vezes para que eu tirasse a bolsa de cima das minhas pernas, sem necessidade alguma. Eu falei que não ia tirar e ele continuou pedindo, o que me causou um certo desconforto. Mas ele também não usou de sua posição para me intimidar, graças a Deus a situação parou ali mesmo”.

Nos relatos, percebemos que os corpos das mulheres enfrentam essa territorialidade em diversos momentos, até dentro da própria sala de aula. Faz-se importante compreendermos que até mesmo a própria identificação de assédio é complexa, pois estes aparecem mascarados por “brincadeiras” e ações que passam despercebidas. Notamos que é preciso uma maior assistência da instituição sobre esclarecimentos de possíveis ações que possam preservar a integridade dessas alunas e as represálias necessárias aos docentes que agirem de forma inadequada.

A oitava questão adentra o questionário com a intenção de percebermos se as mulheres estudantes do campus, já passaram por algum momento específico onde sentiram seus corpos expostos, o qual lhes causou desconforto, medo e insegurança. Diante disso, perguntamos: “Dentro do campus III já passou por algum momento em que sentiu seu corpo vulnerável?”

Das 50 mulheres, 34 responderam que não, nunca passaram por algo tão grave ao ponto de sentirem seus corpos vulneráveis. Já 16 mulheres responderam que sim, ressaltando que foram muitas vezes e em diversas ocasiões, principalmente quando os olhares são mais intensificados e persistentes. Vejamos algumas das respostas:

Peônia: “Sim, várias vezes, mas teve um dia mais intenso, no final das aulas eu sempre fico esperando o ônibus junto com outros estudantes do campus, só que nesse dia só tinha homens, uns vinte, por aí, e eles me encararam muito e ficaram me observando, diante dessa situação optei por retornar para a parte de cima do campus, porque estava com medo”.

Rosa: “Sim, sempre tem uns olhares que me dão medo”.

Alfazema: “Sempre, principalmente se eu usar uma roupa mais curta, os olhares fixos me deixam nervosa”.

Observamos, por vezes, como os olhares, em muitos dos casos fazem com que as mulheres se sintam inseguras, a vulnerabilidade que já é presente há séculos sobre os corpos das mulheres, acabam por culturalmente trazer inseguranças para esses corpos. Notamos, assim, outra forma de exercício de poder e de territorialidade, as quais aparecem de modo implícitos das vezes, mas que “aprisiona” as mulheres e delimita as ocasiões, os horários e os lugares que possam deixar essas mulheres mais confortáveis.

A pergunta de número nove aparece no questionário quando percebemos a necessidade sabermos se há casos de violências no campus e como eles se deram. Questionamos: “Já sofreu algum tipo de violência dentro do campus III?” Das respostas obtidas 37 mulheres disseram que nunca sofreram violência e que em relação a isso, o campus ainda é bem calmo sem muitos problemas. Já 13 mulheres disseram que sofreram violência, a grande maioria pontuou que essas violências não foram físicas, mas psicológicas e morais.

Na questão de número dez, a última do questionário, é mais relacionada a outro recorte específico: a orientação sexual. Pois partimos da ideia que a territorialidade terá manifestações diferentes nos corpos dessas mulheres levando em consideração os grupos sociais, as identidades, as sexualidades. Diante disso, pontuamos: “O espaço do campus permite que você expresse livremente sua orientação sexual e sua identidade de gênero?”

Para que seja feita um equiparação nas respostas, partiremos inicialmente da coleta de dados sobre a orientação sexual das mulheres que responderam o questionário. Das 50 mulheres, 30 responderam na ficha de identificação que são heterossexuais/heteroafetivas, 05 responderam que são lésbicas, 03 bissexuais, 01 pansexual e 11 não identificaram sua

orientação sexual. A partir desse número, trouxemos os dados em relação a pergunta anteriormente citada. Das 50 mulheres, 41 disseram ter liberdade para expressar sua orientação sexual como também para demonstrar afeto em público. Observemos algumas colocações:

Lírio: “Tenho liberdade sim, mas sei que eu sou em uma situação de privilégio, por ser branca e heterossexual”.

Tulipa: “O espaço “permite” (sic) ao mesmo tempo em que oprime”.

Notamos como de fato algumas questões precisam ser elencadas, como por exemplo, o reconhecimento que a heteronormatividade estabelece alguns privilégios, os espaços e as pessoas geralmente não se incomodam em presenciarem demonstração de afeto em público de casais heterossexuais, porém se essas relações forem homoafetivas, vamos ter uma resistência e preconceitos incomparáveis.

Em contraponto, 09 mulheres disseram que não percebem essa “permissão” de serem livres para se expressarem, mesmo que o campus seja um lugar de diversidade, a liberdade sempre custa um preço e, às vezes bem alto, como por exemplo, a discriminação constante, o preconceito, tratamentos pejorativos, desmerecimento. Observemos:

Rosa: “Jamais, mesmo que pareça não temos essa liberdade. Mas lutamos por isso”.

Erva-doce: “Não mesmo, o respeito passa longe”.

Verônica: “Não, ainda há muito preconceito”.

Observamos por fim, que a liberdade em manifestar a orientação sexual parte também de um contexto mais geral, onde compreendemos que mesmo os espaços de diversidades e de peculiaridades, como são as universidades, temos os preconceitos externos que acabam por adentrar esses campus e que limitam essas mulheres de terem a liberdade de expressão assegurada de forma íntegra e que tal expressão não lhes deixem ainda mais inseguranças.

Diante do exposto em todo o curso do questionário e nas diversas respostas que encontramos, além da aproximação que tivemos com essas mulheres, podemos afirmar que no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, os corpos das mulheres vivenciam territorialidades, as quais se manifestam de diferentes formas e levam em consideração alguns aspectos específicos, como por exemplo: orientação sexual, identidade, curso, performances corporais.

É importante salientarmos que essa territorialidade, estabelecida pelas relações de poder possuem diversas formas de manifestações e a partir delas, o surgimento da resistência dessas mulheres. É diante disso que pontuamos como as discentes do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba se esforçam e encontram maneiras de abranger essas discussões sobre mulheres, gênero e principalmente a importância de questionarmos e lutarmos para que essa cultura machista perca cada dia mais espaço.

Coletamos exemplos dos principais eventos¹¹ e espaço de debates que foram realizados entre 2017 e 2018 e enfatizam as discussões a respeito das mulheres e das “minorias”. Exemplificaremos dois deles: um realizado no dia 08 de março de 2017, no Campus III, em comemoração ao dia internacional da mulher, intitulado “Juntas somos mais fortes”. Segundo, a notícia¹² disponibilizada no site oficial da UEPB, Simone Bezerrill (2017) relatou:

A ideia do evento foi de propor um espaço de diálogos com foco no debate sobre os desafios e as adversidades enfrentados historicamente pelas mulheres. Com o lema “Juntas somos mais fortes”, o encontro contou uma programação pautada por uma série de atividades acadêmicas e culturais. Além da exibição de documentário, recitais de poesia e apresentações de música e espetáculo teatral, foi realizada a mesa redonda “As mulheres da história: símbolos de luta e coragem”, cujas debatedoras expuseram reflexões e análises sobre a atual condição das mulheres no Brasil. Dentre os temas recorrentes no debate estavam: crescente índice de violência contra a mulher, desigualdade de gênero no mercado de trabalho, assédio e desrespeito.

O segundo espaço de diálogo que destacamos é um mais recente: o 3º Simpósio de Gênero, Sexualidade e Educação realizado nos dias de 7 a 9 de novembro. Com o tema “Multidões queer: corpo, performance, luta e resistência”, o evento apresentou como objetivo o debate sobre as temáticas que envolvem os Lgbts, as mulheres e xs negrxs. Foi de iniciativa do Coletivo Violeta Formiga, um grupo que existe no Campus III desde o ano de 2015 e foi

¹¹ No dia 21 de novembro de 2017 foi realizado o evento “Seja Dandara, seja heroína”, idealizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas, o qual trouxe temáticas relacionadas a mulher negra e seu espaço na sociedade brasileira. Notícia disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/ch-debate-realidade-de-mulheres-negras-em-evento-alusivo-ao-dia-nacional-da-consciencia-negra/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

No dia 08 de Março de 2018 Na data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, o curso de História promoveu, nos turnos tarde e noite, a mesa de debates “Somos todas tagarelas”, para abordar “o direito da mulher de ser/estar na história”. Notícia disponível em: <http://www.uepb.edu.br/curso-de-historia-do-ch-promove-mesa-de-debates-para-comemorar-dia-internacional-da-mulher/>. Acesso em: 30 out. 2018.

Já nos dias 25, 26 e 27 de outubro, o Câmpus III sediou o 2º Simpósio de Gênero, Sexualidade e Educação. Com o tema “Saindo do armário: violência contra ‘minorias’”, o evento foi aberto à comunidade acadêmica do Centro de Humanidades (CH) e a todos que se interessaram pelo debate em foco. Tratou-se de uma iniciativa do Coletivo Violeta Formiga. Notícia disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/centro-de-humanidades-da-uepb-sediara-2o-seminario-de-genero-sexualidade-e-educacao/>>. Acesso em: 30 out 2018.

¹² Notícia disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/1o-encontro-de-mulheres-do-centro-de-humanidades-promove-debate-sobre-o-papel-da-mulher-na-historia/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

criado por mulheres justamente para criar espaços de debate e empoderamento das “minorias”.

Além dos eventos e dos espaços de expressão que eles proporcionam, podemos notar que o campus também possui outras formas de manifestações, como por exemplo, as intervenções artísticas nas paredes que expressam em muitas das vezes atos políticos, de resistência e luta. Observemos o exemplo abaixo:

Figura 2 – Útero livre



Fonte: Débora Dantas, 2017.

O registro que foi realizado no ano de 2017 não pode mais ser encontrado nas paredes do Campus III, porém demonstra de forma clara e evidente a luta das mulheres por seus direitos e suas diversas pautas de reivindicações, ressaltamos assim que mesmo com toda a territorialidade existente nos corpos dessas mulheres, elas resistem, lutam e caminham juntas por uma cultura e sociedade mais igualitária. Tais fatos nos levam a chegar a esse ponto da pesquisa e afirmar que a territorialidade está presente não somente nos corpos das mulheres neste recorte espacial, mas em todos os outros, pois enquanto tivermos essa configuração social que hierarquiza um corpo sobre o outro, essa territorialidade se fará presente, mas em contra ponto a resistência e a luta estará viva e firme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos que percorremos até este momento, nos atentam para perceber sentimentos que há muito tempo ansiamos, o trabalho árduo de pensar uma temática como esta dentro da Geografia e, sobretudo, os desafios de assegurar a importância dela dentro das discussões acadêmicas, e principalmente em tempos como atuais, que além de difíceis vem se tornando extremamente dolorosos, nos parece um tanto quanto desafiador. Ressaltamos que a própria realização desta pesquisa parte de uma resistência, já que durante sua idealização muitos não atrelados à temática foram encarados.

As discussões feministas e de gênero vem ganhando mais espaço e força dentro da Geografia, porém acabam sendo marginalizadas, julgadas pelo seu arcabouço teórico e pela abrangência nas discussões. As dificuldades de crescimento dessas produções partem de uma resistência dos próprios pesquisadores em reconhecerem tais pesquisas como geográficas. A Geografia, não diferente das outras ciências, possui um alicerce patriarcal, onde a nossa base teórica foi/é produzida por homens. As pesquisas e as percepções dos fenômenos partem de um geral absoluto que não percebia os fatores condicionantes dos mesmos.

Ao chegarmos até aqui, e dizemos isso por ser e fazer parte do corpo desta pesquisa, alguns acontecimentos a nível nacional já nos remete a necessidade do direito à fala, espaço e liberdade que vem posta nesse trabalho. As mulheres que ganharam visibilidade ou ao menos tiveram a oportunidade de serem ouvidas durante essa pesquisa falam para que todas as outras que estão/foram silenciadas sejam representadas e de certa maneira ouvidas. Os corpos que foram jogados das sacadas dos prédios, empilhados em sacos plásticos, mergulhados em correntezas, jogados no meio de um lixo qualquer, asfixiados por cadarços de sapato, estão sendo nessa pesquisa lembrados. As mulheres que nunca tiveram e possivelmente nunca terão a chance de ingressar em uma universidade também estão presentes nesta escrita, aquelas que se sacrificaram/sacrificam em trabalhos árduos, passam noites de sono, trabalham dobrado para dar a oportunidades as suas filhas de ali estarem, estão juntamente com elas em suas realizações.

O trabalho também nos mostrou como um campus universitário com suas salas de aula de aparência uniforme detém de tantas discussões e identidades e como tantos fenômenos estão postos naquele recorte espacial. As relações de poder que entrelaçam as vivências cotidianas ali existentes perpassam a civilidade, entrando e estabelecendo momentos infelizes para as mulheres discentes naquele espaço.

Pontuamos, a necessidade cada vez mais urgente de analisarmos cientificamente os fenômenos que muitas vezes são estabelecidos e enxergados com normalidade. Questionarmos sobre a hierarquia dos corpos e dos sexos que perpassam gerações é fundamental para pensar maneiras de diminuir essa realidade. A ciência precisa acima de tudo ser mais humana. Outra questão importante é que os relatos obtidos durante o processo de aplicação dos questionários nos alertam sobre a necessidade de uma melhor assistência do campus universitários, sobretudo, o campus III, para essas mulheres. Acompanhamentos especializados que consigam lidar com a dinâmica dessa vivência universitária, que atrela desde pressões profissionais até violências sofridas.

Os corpos que narram tanto sobre quem somos, que representa muito de nossos espaços, que cobrem muitas vezes um interior sofrido, é recoberto por uma cultura que segrega e que diminui, escolhendo e valorizando corpos, ditando importância. Julgando por quais corpos a sociedade deve se “compadecer”, as notícias de vidas ceifadas aparecem nos jornais enquanto alguns almoçam. Os abusos, dos padrastos, tios, vizinhos, namorados, maridos são tão constantes que não chocam, não desesperam mais, uma sociedade que tem pressa, e que diante disso, resolve muitas das vezes não observar, não segurar a mão umas das outras.

Diante de tudo que foi proposto, finalizamos com todo o peso da territorialidade sobre nós, sobre esta pesquisa, com um receio do que será de um país onde as mulheres são a maioria, mas que será governado por alguém que nem sequer as respeita, essa pesquisa veste o luto por todos aqueles corpos que perderam sua materialidade, mas veste também o luto como verbo e decidimos, por fim, não soltar a mão de ninguém. Consolidando força e a resistência para que todo dia avancemos um passo importante na subida nessa escada social, tornando o corpo (cultural) um reflexo de igualdade de múltiplas belezas e de conhecimentos variados, colorindo essa escada com as mais diversas cores, tamanhos, sabores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ALVES, Arine R. Gênero e hierarquia social. In: **Blog Igualitários**. Espírito Santo, 2011. Disponível em <<http://igualitariosmsul03.blogspot.com.br/2011/09/genero-e-hierarquiasocial.html>>. Acesso em 21 set. 2017.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. As geografias culturais do corpo. In: _____. **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Porto: Figueirinhas, 2009. p. 11-30.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al (Org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 335-350.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, p. 280-302.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 136-172.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: _____. LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 28-52.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e "contornamento": do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, Nilson César Floriano (Org.). **Territórios e fronteiras**: (re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011, p. 15-50.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. Geografias trans(icionais): corpos, binarismos, lugares e espaços. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). **Geografias malditas: corpos sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 339-335.

LE BOSSÉ, Mathias. “As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**, v. II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 221-232.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O corpo enquanto primeiro território de dominação: o biopoder e a sociedade de controle**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/25631660-O-corpo-enquanto-primeiro-territorio-de-dominacao-o-biopoder-e-a-sociedade-de-controle.html>>. Acesso em: 26 set. 2018.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JUNIOR CHIMIN, Alides Baptista (Org.). **Geografias feministas e sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016, p. 33- 53.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista estudos feministas**. n. 1, vol. 8, 2000, p. 10-41.

NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiura: sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: Garamound, 2006.

NUNES, Camila Xavier; REGO, Nelson. As Geografias do corpo e a educação (do) sensível no ensino de geografia. In: **Revista brasileira de educação em Geografia**. n. 1, v. 1, 2011, p. 86-107.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de. SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo, UNESP, 2003. p. 13-28.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SARMENTO, João. As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar. In: _____; AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro (Org.). **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Porto: Figueirinhas, 2009. p. 261-281.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Joseli Maria et al. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. In: _____ (Org.). **Geografias malditas**: corpos sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 57-72.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**QUESTIONÁRIO RELACIONADO À PESQUISA: A TERRITORIALIDADE
ENVOLVENDO OS CORPOS DAS MULHERES: as relações de poder e conflitos no
Campus III - UEPB**

IDENTIFICAÇÃO

NOME:
NOME SOCIAL:
IDENTIDADE DE GÊNERO:
SEXO:
ORIENTAÇÃO SEXUAL:
IDADE:
CURSO:

1. Como você se sente em relação ao seu corpo?

2. Você encontrou empecilho(s) durante sua vida para conseguir estudar e chegar ao ensino superior? Se sim, algum deles estava relacionado ao fato de você ser mulher?

3. Você se sente segura no Centro de Humanidades?

4. Já ponderou sua vestimenta para vir assistir as aulas?

5. Você já foi assediada dentro do campus III?

6. Em algum momento, o seu intelecto foi desmerecido dentro do campus, levando em consideração seu sexo?

7. Já sofreu algum tipo de assédio por parte do corpo docente? Se sim, o/a docente usou de sua posição para intimidá-la?

8. Dentro do campus, já passou por algum momento em que sentiu seu corpo vulnerável?

9. Já sofreu algum tipo de violência dentro do Campus III?

10. O espaço do campus permite que você expresse livremente sua orientação sexual e sua identidade de gênero?